



**384ª SESSÃO ORDINÁRIA – XVII LEGISLATURA**

Data: 28/11/2019

Início: 8h44

Término: 12h03

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Invocando a proteção de Deus, declaramos abertos os trabalhos da presente sessão. Solicito aos vereadores que procedam ao registro de presença no terminal eletrônico e também no livro de presenças. (Pausa) Solicito ao 1º secretário que faça a leitura da nominata dos vereadores que compõem a XVII Legislatura e também enuncie os vereadores inscritos no Grande Expediente de hoje.

**VEREADOR EDSON DA ROSA (MDB):** Pois não, senhor presidente. Bom dia a todos que nos assistem pela TV Câmara, canal 16, bem como os que nos prestigiam com sua presença aqui no plenário. Atendendo V. Exa., vereadores que compõem a atual legislatura, o senhor, como presidente, Flavio Cassina. Mesa Diretora composta: pela vereadora Paula Ioris, Ricardo Daneluz, Edson da Rosa e Alberto Meneguzzi. E os vereadores: Adiló Didomenico, Alceu Thomé, Arlindo Bandeira, Clair de Lima Girardi<sup>1</sup>, Denise Pessôa, Edi Carlos, Elói Frizzo, Elisandro Fiuza, Felipe Gremelmaier, Gladis Frizzo, Gustavo Toigo, Paulo Périco, Rafael Bueno, Renato Nunes, Renato Oliveira, Rodrigo Beltrão, Tatiane Frizzo e Velocino Uez. Vereadores que utilizarão o espaço do Grande Expediente na manhã de hoje: Arlindo Bandeira e Elói Frizzo. Essa a leitura, senhor presidente.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Obrigado. Passemos ao espaço das

**PEQUENAS COMUNICAÇÕES**

pelo tempo de dez minutos para apresentação de votos de pesar, de louvor ou de congratulações. A palavra está à disposição das senhoras e senhores vereadores. Não havendo nenhum pronunciamento, em apreciação os votos de congratulações propostos pelos vereadores Edson da Rosa, Felipe Gremelmaier e Paula Ioris. Em votação. Solicito aos vereadores que registrem seus votos. (Pausa) Vereador Arlindo, como vota? Favorável. Encerrado o registro dos votos. Encerrada a votação, que ocorreu de forma unânime, com as ausências: Adiló, Denise, Elisandro, Ricardo, Rodrigo e Tatiane. Encerrado o espaço das Pequenas Comunicações.

**VEREADOR EDSON DA ROSA (MDB):** O Sr. Ricardo, senhor presidente, nós temos um acordo de lideranças, Sr. Álvaro Ricardo Kervald está presente. (Pausa) Senhor presidente, então, não teremos acordo de lideranças.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Passemos ao

**GRANDE EXPEDIENTE**

A primeira inscrição, vereador Arlindo Bandeira.

**VEREADOR ARLINDO BANDEIRA (PP):** Senhor presidente, senhoras e senhores vereadores. Cumprimentar todos que nos assistem pela TV Câmara, canal 16, e todos que estão aqui no plenário, bem-vindos sempre. Bom dia a todos. Senhor presidente, hoje eu quero apenas repercutir, colegas vereadores, a nossa audiência pública em Santa Lúcia do Piaí e também reforçar um convite do nosso senador, que irá estar sexta-feira na CIC, às 15h30 da tarde, para tratar do aeroporto,<sup>2</sup> pelo qual, se Deus

<sup>1</sup> Vereador Kiko Girardi

<sup>2</sup> Simone Moreira (registro e conferência)



quiser, estarei presente. Também esses dois assuntos. Primeiro então da telefonia, reforçar aqui, convidando a população, vereador Edi Carlos, começando pelo distrito de Santa Lúcia e assim os demais distritos, nem vamos citar aqui todos, muitos, vários distritos que nós temos na nossa região de Caxias do Sul e assim a cidade como um todo, colegas vereadores que estão convidados, foram convidados, como políticos, enfim, operadoras. Esperar que hoje a gente dessa audiência pública, vereador Edi Carlos, tenhamos resultados. A gente sempre acredita, tem fé para que isso aconteça e desde já, vereador Edi, também agradecer a sua parceria em nome de V. Exa. pela qual você conduz a Comissão Participativa Comunitária pela qual eu faço parte entre os demais vereadores. Parabenizar pelo seu trabalho dessa comissão. Esperamos que aqueles que vão, os representantes, seja da Oi, da Vivo, da Claro, da Tim, enfim, tantas outras, esperamos que tenhamos resposta positiva. Esperamos que – podemos assim dizer –, que eles olhem com bons olhos. A nossa região sim é uma região muito rica em hortifrutigranjeiros, muito rica em produção em todos os sentidos. E aqui se fala muito em turismo, forte em turismo também, vereador Gustavo Toigo. Hoje quando vem um turista de outra cidade que vem para Caxias do Sul infelizmente não tem um contato com a sua família por muitas vezes, não tem um contato que merece, a estrutura que merece. Então muitas vezes a gente fica completamente no escuro, abandonado nessa questão. Esperamos – volto a dizer aqui – que essa audiência pública de hoje o povo compareça, o povo cobre de todo o pessoal do interior. Nós precisamos sim de nossas antenas para que o nosso interior fique beneficiado e assim podemos... Seja uma ligação de emergência, seja para o SAMU. O nosso carro mesmo, se ficar empenhado no meio do caminho com algum imprevisto, que nós podemos ligar, ser atendidos, seja lá na nossa UBS, unidade básica, poderá entrar em contato com quem precisa, com os moradores. Seja lá na nossa Brigada Militar que muitas vezes também não tem a estrutura, não tem essa nossa tecnologia, infelizmente, enfim, em todos os sentidos. Muitas vezes a gente fala aqui existe lei, a nota eletrônica. Como é que o produtor rural vai conseguir fazer a nota eletrônica sem a telefonia? É uma vergonha muitas vezes, um absurdo sempre falo isso. Fazer as coisas sem saber que lá no interior muitas vezes não tem a tecnologia que a gente precisa. Falamos em nota eletrônica. Como é que vai fazer sem a internet, sem um sinal de qualidade? Então esperamos que nós tenhamos bons resultados. Vereador Adiló, a gente sabe você também está na frente cobrando entre tantos vereadores, vereador Daneluz também. O vereador Daneluz foi para Brasília também, articulou sobre essa questão também, vereador Périco, então é importante ressaltar isso. Então eu sempre digo que uma andorinha só não faz verão, mas sim como um todo, vereador Périco, V. Exa.,<sup>3</sup> vereador Daneluz, vereador Adiló também cobrando a antena da Hispamar, que essa tecnologia com certeza vem só agregar o nosso município.

**VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB):** Permite um aparte.

**VEREADOR ARLINDO BANDEIRA (PP):** A nossa cidade e nós precisamos cobrar firme e forte. Então hoje, às 8 horas da noite, reforçar o convite nessa audiência pública que nós estamos aí à frente disso, vereador Edi Carlos, por causa de eu ser presidente da comissão, e esperamos que tenhamos bons resultados. Esperamos que as nossas operadoras tenham resposta para nós positivas e que possamos, assim, o nosso interior ficar contemplado. Seu aparte, vereador Adiló.

**VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB):** Vereador Bandeira, primeiro cumprimentar a iniciativa de V. Exa. e do vereador Edi Carlos que preside a comissão, mas eu acho que nós estamos cobrando no local errado porque se liberar a antena da Hispamar, Hispamar, é justamente um serviço para as

---

<sup>3</sup> Vera Rassier (registro e conferência)



operadoras, elas precisam disso. Aí acaba o ponto cego no município e em todos os estados da região sul. Possivelmente é isso que eles vão alegar para os senhores. Então é muito importante, na audiência, hoje que esteja presente alguém do município e diga porque não tem coragem, iniciativa de atender o interesse público porque essa antena viria a atender, em última análise, interesse público. Não tem telefonia... Essa antena não é para telefonia, mas ele resolve 100% o sinal de internet. Tendo internet tu já tem meio caminho andado. Tu tem a nota eletrônica, tem a comunicação por WhatsApp, tem a comunicação pelo computador. Então eu acredito que nós precisamos, uma vez por todas, dar um grito forte contra essa burocracia descabida que tem a prefeitura de Caxias do Sul em relação a esse empreendimento.

**VEREADOR EDI CARLOS (PSB):** Um aparte, vereador.

**VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB):** Mas de qualquer maneira eu cumprimento vocês, a iniciativa é importante e é na base da luta e da pressão que a gente vai conseguir mostrar para a população o quanto nós estamos sendo prejudicados, o quanto a economia de Caxias está sofrendo por uma burocracia descabida, exagerada que tem aqui no Executivo Municipal. Obrigado pelo aparte.

**VEREADOR ARLINDO BANDEIRA (PP):** Obrigado, vereador Adiló. Acho que só uma... Não vamos corrigir, mas não sei entendi direito, não estamos cobrando, fazendo as exigências no lugar errado, mas acho que... Porque a gente sempre esteve na frente, desde 2009, gosto sempre de falar, e ainda estamos cobrando essa questão e essa parte veio depois, de segunda mão, mas que também faz parte, que nem V. Exa. diz, mas acho que essa nossa audiência a gente está continuando o nosso trabalho, vereador Edi Carlos, como nós vereadores aqui, comissão, e essa é importante sim, que ela veio depois, mas lamentar que o prefeito Guerra também não acatou essa parte. Nós também temos uma lei para facilitar, para flexibilizar a lei para colocar as antenas na nossa região e também não foi acatada pelo prefeito. Infelizmente a gente tem esse problema também, segundo as operadoras. Seu aparte, vereador.

**VEREADOR EDI CARLOS (PSB):** Obrigado, vereador Bandeira. Mais uma vez lhe parabeno pelo trabalho que o senhor vem fazendo tanto na telefonia quanto em todos os outros trabalhos que o senhor cobra e vem mostrar as obras e tudo isso. Eu acho assim, vereador Adiló, concordo com tudo que o senhor falou, acho que nós temos que fazer um trabalho mais forçado nesse sentido. Eu acho que nós aqui, tanto as comissões, como todos nós vereadores temo esse papel importante de ajudar o senhor cada vez mais, mas no último que nós estávamos aqui para sessão da Câmara, que o vereador Bandeira puxou desse assunto, ainda perguntei para ele: Vereador Bandeira, aquela antena que foi instalada lá na Criúva resolveu o problema das pessoas? Resolveu. Se resolveu aquele lá, vereadora Bandeira, o que nós queremos no dia de hoje é o resultado e se conseguiram aquela lá na Criúva com a luta dos moradores, dos agricultores, dos entes políticos, nós vamos lutar hoje para conseguir instalar uma ali também. Se resolveu o problema lá nós temos que resolver ali. A gente fala ali, mas a telefonia no interior, esse trabalho que o vereador Arlindo Bandeira vem fazendo junto com a comissão, isso aí é em todo o município de Caxias do Sul. Não é vereador? A reunião hoje vai ser lá em Santa Lúcia do Piaí, mas a ideia nossa é que seja instalada, que seja melhorado o trabalho das operadoras em todo o nosso<sup>4</sup> município. Que bom, vereador, se hoje, na reunião de hoje tenha uma empresa lá, uma operadora que diga “nós podemos pedir autorização para instalar uma num distrito, outra em outro, outra em outro”. É isso que nós queremos, é resolver os problemas das pessoas. Sim, ajudar a vida das pessoas, como o senhor

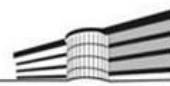
<sup>4</sup> Leandro Ribas (registro e conferência)



vem falando até agora pouco. Lhe parabenizo mais uma vez. E também, vereador Adiló, lhe parabenizo pelo trabalho que o senhor vem fazendo nesse assunto.

**VEREADOR ARLINDO BANDEIRA (PP):** Obrigado, vereador, meu colega na comissão, Edi Carlos. E reforçar aqui. Cada um de nós vereadores se manifestando, cobrando, com certeza a gente irá conseguir... Tentar, ao menos, avançar. A gente sabe que a gente já teve muitas ações, sempre é bom reforçar aqui, quando se fala em telefonia. Eu, como estou à frente também da comissão em defesa da telefonia, junto com os demais vereadores, a gente já também... Fiz muitas ações. Já conseguimos evoluir. Não tanto como a gente precisava, mas a gente já teve aquela vitória daquela antena de Criúva, podemos dizer. Muitas cobranças a gente recebeu aqui, vereador Uez, aqui na região do nosso interior de Fazenda Souza, Vila Oliva, Santa Lúcia. Naquela região. Muitas vezes cobranças. Por que lá foi instalado? Não é o vereador que pontuou o local. Quem pontuou foi a operadora, vereador Kiko. Ela que pontuou lá. A operadora que pontuou lá no distrito de Criúva. Nós, por nossa vez, nós queremos antena, sim, em todo o nosso interior. Cada distrito que tenha uma antena, podemos assim dizer. Onde que não pegue lá no meio rural, no produtor rural, na fazenda. Nós precisamos ser beneficiados por essa nossa tecnologia. E lá em Criúva foi uma vitória, sim. Inclusive, nós tivemos que procurar o Ministério Público, na ocasião, para conseguir segurar aquela antena lá em Criúva. Por conta disso nós conseguimos. Senão nem aquela nós tínhamos. Tinham levado embora. Mas como também a gente já fez mais... Nós tivemos mais uma audiência pública que nós fizemos em Santa Lúcia também lá. Em torno de umas 400 pessoas na ocasião participaram. Muitos produtores de vários distritos, aqui da cidade. Mas até hoje, nessa audiência, digamos, lá em Santa Lúcia, nós não conseguimos ter retorno das operadoras. Infelizmente. Infelizmente, até hoje a gente está, podemos assim, no escuro ainda. Nossa tecnologia não podemos... A nossa região não está sendo beneficiada. E esperamos que essa audiência de hoje, esperamos que o município participe, como já falei anteriormente, vereador Renato Nunes. Que essa lei que nós cobramos tanto para que se modifique, flexibilizem a lei. Porque, segundo as operadoras, não são colocadas antenas aqui na região porque a lei é muito rígida, é muito dura. Segundo as operadoras, o que elas falam. Por isso que não são colocadas. Então tem que ajustar, modernizar essa lei para que essas antenas venham ser colocadas e, assim, o nosso povo do interior ficar contemplado. Porque, volto a dizer, a nossa região é muito rica, forte em produção, em hortifrutigranjeiro, e nós precisamos do telefone celular quando aquele produtor precisa ligar para uma emergência, precisa vender seus produtos, fazer a sua nota eletrônica. Ele precisa do telefone funcionando e ativado, vereador Renato Oliveira. Então mais uma vez convidar a todos para essa importante reunião, audiência pública. Agradecendo mais uma vez o vereador Edi Carlos, que faz parte da comissão, e os demais vereadores que acataram esse nosso pedido. Hoje à noite, então, estaremos presente. Convidar todos os colegas vereadores que possam, que queiram participar,<sup>5</sup> sejam bem-vindos, e cada um, com certeza, falar, dar o seu testemunho dessa vergonha, podemos assim dizer, que nós temos lá. Porque só estando lá, vocês percebiam a dificuldade que nós temos. E lá em Santa Lúcia, de vez em quando dá um sinalzinho, agora, vá para Vila Oliva, vereador Adiló, vereador Uez, vão para Vila Oliva ver: nada, nada, vírgula nada, nada. Terceira Léguas, São Valentin, enfim, outros trechos, que tem os colegas vereadores já falando das comunidades. Não, muitas vezes, a gente fica indignado com essa questão. Esses nossos políticos, muitas vezes representantes nossos aqui, eles vêm aqui e caem de paraquedas, só pegam muitas vezes o voto da população e não voltam para dar o retorno. Nós

<sup>5</sup> Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



precisamos também pontuar isso, seja quem for que tem o poder lá em cima da caneta, que modifique as leis, deputados federais, estaduais, enfim, esses nossos têm que cobrar forte, esses que têm o poder também de mudar lá em cima e trazer a tecnologia para nós e assim que nós fiquemos contemplados. Então temos que cobrar também pesado nessa questão, que se eles não fizerem, na próxima eleição, eles vão ter o resultado que merecem. Bom, dito isso, então, só para reforçar também o convite, às 15h30, lá na CIC, então, estará o senador Luis Carlos Heinze, sobre a questão do aeroporto. Então estarei presente lá também nesse dia, acredito que outros vereadores também irão estar presentes. E eu acho que nessa reunião, nesse evento, com certeza, será bem-vindo, sempre quando se articula, que se cobra a questão do aeroporto na nossa cidade de Caxias do Sul será bem-vindo. Então, o senador mais uma vez estará na frente, o senador está sempre em primeiro lugar, podemos dizer assim, o nosso senador Luis Carlos Heinze, que é do nosso Partido Progressista, o PP, não para puxar a brasa para o nosso assado, não é, senhor presidente, mas tem que falar o que é verdade, é que nesse ponto do aeroporto, não é, vereador Thomé, ele está sempre na frente. Todos os colegas podem perceber isso, desde a primeira ação, quando ele foi senador, está batalhando firme nessa questão, para que o nosso aeroporto de Vila Oliva seja construído e assim a nossa cidade fique contemplada como as demais da nossa região. Com certeza, um aeroporto de cargas pesadas aqui, de grande porte, com certeza, só irá beneficiar a nossa região. E esperamos também que neste evento que o senador estará nessa sexta-feira, esperamos bons resultados e nós vamos ficar também à frente, acompanhando de perto essa questão. E já também podemos até cobrar do senador como estão os projetos que envolvem a telefonia. Podemos dizer, porque, como é que um aeroporto que vem de grande porte, vereador Renato Oliveira, vai estar aqui, vai ser construído aqui em Caxias, e a nossa tecnologia vai acompanhar? Vai vim junto? Acredito que a resposta, com certeza, virá sim, porque como vai vim seja um empresário, seja um turista aqui para a nossa cidade de Caxias do Sul, seja um visitante sem a tecnologia que nós merecemos? Então, com certeza, irei até fazer essa pergunta para o senador. Como está? Algum projeto, alguma novidade sobre essa questão? O aeroporto, logo, vamos ter em nossa cidade de Caxias do Sul, em Vila Oliva, e a telefonia está funcionando? Quando chega lá no distrito, nós podemos pegar o telefone e falar com parente, com a empresa? (Esgotado o tempo regimental.) Enfim, então acredito que é bem-vinda essa reunião mais uma vez cobrando o nosso aeroporto e, com certeza, com a vinda do aeroporto à nossa cidade, outras cidades irão ficar contempladas com isso. Obrigado, senhor presidente. Era isso.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Ok. Próximo inscrito, vereador Edio Elói Frizzo.<sup>6</sup>

**VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB):** Meu caro presidente, Flavio Cassina, senhoras vereadoras, senhores vereadores. Meu bom dia a todos, a todos também que nos assistem pela TV Câmara, canal 16 ou pelas nossas mídias, aos que nos prestigiam nesta manhã, especialmente os nossos amigos das bancas e revistas. Estamos todos efetivamente, hoje pela manhã ainda, impactados provavelmente pela decisão de ontem no sentido da condenação do Município ao pagamento dessa indenização absurda envolvendo os interesses da família Magnabosco. Eu, em outras oportunidades, já tive, fiz manifestações muito claras até por ter acompanhado esse processo desde o início, no sentido de que muitas coisas aconteceram na tramitação desse processo, elas não se explicam. Desde o início com equívoco do encaminhamento pelo então Prefeito Mansueto de Castro Serafini Filho de devolução da área, perdão. O início de toda a discussão foi à proposição de pagamento de uma indenização à família, justa, correta e que a Câmara, à

<sup>6</sup> Simone Moreira (registro e conferência)





época, tendo a frente os vereadores: Régis Prestes, Cirino Mendes, entenderam que o valor era abusivo proposto pelo Executivo. O projeto foi devolvido para o Executivo para reavaliar o valor e depois não foi reencaminhado à Casa. Surpreendentemente foi encaminhado ao Poder Judiciário e na época o então diretor do Fórum naquela oportunidade, lá no início dos anos 80, 82, 83, acata um pedido da Procuradoria do Município para devolver a área para a família Magnabosco. Se eu não me engano, o diretor do Fórum, na época, era o Sr. Norberto Baruffaldi. E sem que a Câmara fosse ouvida, uma ilegitimidade na medida em que a área estava escriturada em nome do município, a Universidade já havia feito a devolução. Outro absurdo, a devolução de uma área ocupada, por que a área já estava ocupada em torno de mais de 300 famílias já estavam morando em cima da área, já tinham ocupado a área. É um negócio que não se explicava. Com o tempo, isso acabou acontecendo. A família perdeu aqui em primeiro grau três vezes a sentença, uma sentença encaminhada de forma equivocada, uma ação de reintegração de posse, quando em tese seria uma ação reivindicatória. Surpreendentemente no tribunal o município é incluído na ação, no meio do caminho, 15 anos depois é incluído no caminho e aí se usa essa desculpa de que o município teria colocado lá água e luz. O município não colocou luz. Quem colocou luz foi a CEEE, portanto a CEEE deveria também ser condenada. Ah, o município botou água? Sim. Então o Samae deveria ter sido condenado. Se pegar essa moda pelo Brasil inteiro nos locais de ocupação onde os municípios, por determinação às vezes até judicial ou do Ministério Público determina que se leve água. Eu levei água durante muito tempo, enquanto diretor do Samae, para várias ocupações na cidade, por determinação e até orientação judicial. Então essa sentença ela não se justifica, não se explica. Eu já disse aqui em outras oportunidades, vereador Renato Nunes., V. Sa. que concluiu o curso de Direito, que um dos primeiros livros que os professores de Direito Penal especialmente o saudoso Marino Kury nos referia assim: por favor leiam um livro famoso para a área do Direito<sup>7</sup> Penal, “Porque tenho medo de lobisomem”. Porque como uma sentença se justifica quando a condenação cai sobre alguém que não tem absolutamente nada a ver com o assunto. O vereador Cassina provavelmente lá nos primeiros anos do curso de Direito V.Sa. tenha sido recomendado a leitura desse caso real acontecido na justiça gaúcha “Porque tenho medo de lobisomem”. Eu acho que o caso Magnabosco é o “Porque tenho medo de lobisomem 2”, dá para se escrever um belo livro. Mas vamos voltar para a vaca fria aqui, que é o nosso pedido de impedimento. Eu acho que nós vamos ter muito tempo ainda para falar sobre esse processo da família Magnabosco na medida em que ainda existem duas ações correndo. Sem querer tirar casquinha, o prefeito parece que chegou meio atrasado e ontem foi muito cansativa a audiência. Então tirou um dia de folga em São Paulo hoje, dar uma espriada lá por São Paulo e amanhã marcou, então, uma audiência com o pessoal do Magazine Luiza. É que não dá para atender aqui, tem que atender lá em São Paulo, provavelmente é isso. Então essas questões que eu gostaria inicialmente de começar falando, sem deixar de falar sobre o impacto e vamos ter tempo para falar sobre essa ação da família Magnabosco.

**VEREADOR FELIPE GREMELMAIER (PMDB):** Permite um rápido aparte, vereador.

**VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB):** Pois não, vereador Felipe.

**VEREADOR FELIPE GREMELMAIER (PMDB):** Vereador Elói, em cima dessa questão do Magnabosco o que me assusta também com relação a isso é a jurisprudência que isso vai causar ali na frente. E aí o impacto não é só Caxias do Sul, o impacto são os 5 mil municípios do Brasil. Todos os municípios têm áreas invadidas, todos os municípios as famílias entrarão diretamente contra os poderes

<sup>7</sup> Vera Rassier (registro e conferência)



executivos, contra os municípios e aí essa jurisprudência que está sendo criada agora, uma coisa, na minha visão, absurda no Brasil, vai impactar na destruição de diversos municípios, vai acabar com diversos municípios porque se perdeu a lógica. Então a decisão de ontem ela é muito mais grave do que a gente possa imaginar. Ela tem um impacto social muito maior do que simplesmente uma situação acontecendo em Caxias do Sul, que já vai ser extremamente grave. Agora, o que isso pode levar a acontecer no Brasil inteiro é muito perigoso, é muito perigoso. Talvez a decisão tomada ontem pelos quatro, que decidiram dessa forma, não tenham pensado no impacto que isso vai levar para dentro do Brasil. Todas as cidades podem ser afetadas por essa decisão, que não minha concepção, é totalmente equivocada. Muito obrigado.

**VEREADOR EDI CARLOS (PSB):** Só para concluir na linha da sua fala, vereador Felipe, não sou um especialista na área, mas concordo com V. Exa. Eu acho que a votação 4 a 3 e o esforço do ministro Herman Benjamin de provar isso abriu precedente, provavelmente, para isso ser analisado no Supremo, do ponto de vista constitucional. Então entendo que talvez o caminho que o município deva andar seja por aí porque abre um precedente grandioso, sem dúvida nenhuma. Vereador Felipe, eu não teria me surpreendido se a sentença final fosse uma ação de reintegração de posse, que era originariamente. Ia criar um problema grandioso para o município de onde recolocar todas essas 400, 500 famílias que ali estavam. Mas o custo, obviamente, que seria infinitamente menor. Então veja-se a comparação, se o tribunal dá reintegração de posse seria uma situação, provavelmente ali com 30, 40 milhões se resolveria esse assunto. Se tivesse pago lá no início, a indenização, prefeito Mansueto, prefeito Victorio, provavelmente o valor teria quatro, cinco milhões, eu calculo, hoje, para fazer a infraestrutura da área remanescente. Veja que uma ação de quatro, cinco milhões, que poderia ter se traduzido em 30 milhões, se o município tivesse que realocar todas essas famílias, de repente se transforma numa ação de 800 milhões. Ao final disso eu imagino o quanto vai ser pago. Então fica aqui esse recado, essa manifestação com relação a isso. Eu tenho acompanhado, senhor presidente, as oitivas das testemunhas arroladas pela defesa no processo de impedimento e obviamente, na medida que a gente acompanha, até pelo nosso envolvimento, a gente vai<sup>8</sup> criando condições de descobrir coisas que não tinha descoberto. Confesso que eu fiquei meio assim surpreendido quando a vereadora Denise nos trouxe a questão do famoso decreto. (Esgotado o tempo regimental.) Me permita prosseguir em Declaração de Líder, senhor presidente? Do famoso decreto para os eventos em Caxias do Sul. E aí fui tentar descobrir como é que aconteceu a edição desse decreto. Ele nasce então de uma proposta da secretaria Mirângela Rossi lá em 11 de setembro de 2017. E na minuta inicial, vereadora Denise, o decreto sempre trata... *Ficam estabelecidas, através do presente decreto, as normas para requerer autorização de uso da área pública correspondente a vias, logradouros públicos, ruas, avenidas, etc. e calçadas para realização de evento temporário de caráter turístico e ou cultural no Município de Caxias do Sul.* E vem assinada a proposta, encaminhada para a SMU, pelo procurador Estevão Antoniazzi e pelo então procurador do município Leonardo de Souza. E vai, né. Várias minutas são anexadas ao processo, todas elas referem essa situação. No meio do caminho, há uma manifestação do procurador Roberto Bolsoni e do procurador-geral Leonardo da Rocha de Souza alertando as secretarias e o prefeito que, de outra banda, está aqui escrito: *Como consta na minuta a expressão “evento temporário de caráter particular”, há que se observar que a liberdade de reunião é protegida e assegurada pela Magna Carta, de modo que, para a realização de atos de manifestação*

<sup>8</sup> Leandro Ribas (registro e conferência)



*social, política, filosófica, reunião por pensamento, por exemplo, mesmo sendo de caráter particular, não é necessária autorização. Basta apenas aviso prévio às autoridades a fim de prevenir o uso simultâneo de algum espaço público ou até confrontos.* Que era o que eu referi ontem aqui. O artigo 5º da Constituição, vereador Renato Nunes. E vem assinado mais uma vez pelo então Roberto Bolsoni e pelo Leonardo da Rocha de Souza, procurador do município. Depois são juntados outros pareceres, todos eles de novo o procurador do município Leonardo da Rocha de Souza alerta que, *quanto ao artigo 240, ainda vale a mesma observação anterior no que diz respeito à liberdade de reunião, não podendo o município, a pretexto de regulamentar a matéria, proibir qualquer manifestação.* Vai em frente o processo administrativo e a manifestação é mantida, de não se alterar o decreto, incluindo manifestações religiosas, de pensamento e assim por diante. E o processo vai, vai, vai, vai, vai e, lá no fim, o decreto é emitido, o decreto 19 mil... Me perdi aqui, mas está por aqui. O decreto 19.736, de 8 de agosto de 2018. E aí a surpresa, aí a surpresa. *Ficam estabelecidas, através do presente decreto, as normas para requerer autorização.* E aí entra *eventos temporários, esportivos, comerciais, sociais e culturais de caráter privado.* Então, neste momento aqui, é que dá o poder ao prefeito para que ele utilize a sua caneta para proibir eventos sociais. Então o decreto<sup>9</sup> 19.000 dá esse caráter totalmente inconstitucional.

**VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB):** Um pequeno aparte, vereador?

**VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB):** Nesse meio tempo, nesse meio tempo, entra o pedido dos organizadores da Parada Livre para que seja autorizado então... Eles dão duas sugestões, eles citam a Marquês do Herval ou a rua em frente à Maesa, e o Município, através de um despacho do então chefe de Gabinete, Júlio Freitas, indefere o pedido com base no decreto e determina que o evento tem que se realizar aqui no Ordovás. Obviamente que os organizadores, à época, não concordaram e, em razão das dificuldades impostas, realizaram o evento em local particular, aqui num estacionamento. Voltamos já a 2019, a associação que organiza o evento de novo entra com pedido administrativo junto à secretária: *Autorização para realização de evento em caráter temporário.* O Sr. Jair Zauza entra com pedido no dia 17/07/2019. Esse pedido foi objeto, vereadora Paula, de manifestação de V. Sa. na inquirição às testemunhas que ali se encontravam: a secretária Mirângela Rossi e a outra que foi ouvida no primeiro dia... Ah, o secretário de Cultura. Ambos negaram enfaticamente ter conhecimento desse pedido. A nossa surpresa é que, na página 7 do processo, em ofício endereçado ao procurador-geral, a secretária Mirângela diz o seguinte:

O processo em tela trata do pedido de autorização do evento temporário. Foi preenchido o requerimento padrão às fls. 3, às fls. 4 e 5, recorrente relata descrição de evento e data que acontecerá no sentido de manifestação invocando o art. 5º da Constituição, inc. XVI. O Município estabeleceu, através do decreto nº 19.736/2018 as diretrizes e regimentos de eventos temporários. Portanto, o pedido desrespeita tal decreto, uma vez que a administração já manifestou a cedência do Centro de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho para o evento além de apoio à mobilidade pela STN, ronda móvel pela Guarda Municipal, lesões de coleta e limpeza da Codeca, etc.

E aí, surpreendentemente, o processo foi encaminhado à Procuradoria Jurídica, isso aqui é o que está às fls. 7, e essa fl. 7 ainda está lá no processo administrativo, preenchido pelo próprio procurador que recebeu o processo para dar o parecer. Se os senhores observarem nas páginas seguintes, letra 8, o carimbo é o mesmo, só que lá no processo, coincidentemente, o parecer assinado pelo procurador Roberto Bolsoni sumiu do processo. O parecer está aqui, a cópia está aqui, o parecer sumiu do processo, evaporou.

<sup>9</sup> Jaqueline Carneiro (registro e conferência)





E, coincidentemente, foi substituído por um parecer da senhora procuradora Cássia Kuhn. Se os senhores observarem aqui, aqui está a página 7, a mesma do processo anterior, e aí, atrás, já renumerado, está o parecer da Dra. Cássia Andréa Kuhn com outra manifestação. Nem era... Não, já era procuradora-geral sim. Caxias, 2 de agosto de 2019, a Dra. Cássia retira o processo, portanto, exarado pelo procurador Roberto Bolsoni, que lá na discussão do decreto, junto com o Dr. Leonardo e junto com a Dra. Ketleen também já haviam manifestado<sup>10</sup> que o decreto era irregular. Todo o processo tem várias manifestações da Procuradoria Jurídica nesse sentido, e some então o parecer do procurador do processo. A página sete, numerada provavelmente pelo próprio procurador, permanece, mas a oito, a nove e a dez somem do processo e aí surge...

**VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB):** Uma Declaração de Líder à bancada do PTB.

**VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB):** ...o parecer assinado pela procuradora. Eu só gostaria de referir a manifestação

**VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT):** Uma Declaração de Líder à bancada do PDT, senhor presidente.

**VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB):** ...dos dois promotores que entraram com uma ação civil pública por solicitação então do grupo que organizou a Parada Livre. Se me permite concluir, senhor presidente, tem um trecho que diz assim: *a má-fé do Município nessa questão se amplia ao verificar que surpreendentemente foi suprimido do procedimento administrativo e substituído por outro o parecer de um procurador municipal que considerava a necessidade de autorização para a realização da Parada Livre como inadequada e inconstitucional, questão que deverá ser encaminhada para apuração de eventual responsabilidade.* Então os próprios procuradores fazem essa manifestação. Eu diria, vereador Felipe, vereador Paulo, me desculpe não ter lhe dado aparte, concluindo, que estão caracterizadas aqui, não precisa mais nem de procedimento de *impeachment*, de impedimento, infração político-administrativa na edição do decreto duas vezes. E o pior que o último decreto, ele inclui mais coisa, inclui manifestações religiosas e assim por diante, de forma totalmente irregular. Eu tenho aqui as cópias também, não tive tempo de falar, de toda a entrada dos processos na PGM. Uma boa alma me encaminhou isso através de um envelope ontem, um pombo correio. Me desculpe, presidente, mas só para dizer que no Decreto nº 20.371, eles ampliaram então para religioso, político, comercial, social e cultural de caráter privado. Um decreto completamente ilegal, motivo de ação da vereadora Denise. Então eu digo que está caracterizado na questão do decreto o crime de infração político-administrativa e, na sumida do parecer, além do crime de infração político-administrativa, crime de responsabilidade inclusive. Então, estão para mim perfeitamente caracterizadas aqui as motivações, espero que os senhores vereadores atentem bastante para isso. Teremos outras oportunidades de fazer essa denúncia com todos os dados que aqui estão de reproduzir essa documentação, porque, no mínimo, no mínimo, hoje mesmo o senhor prefeito deveria demitir, a bem do serviço, a senhora procuradora, ou então ele está assinando de que foi por determinação dele a retirada do parecer do procurador do processo e a edição do decreto com esses absurdos.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Obrigado, vereador.

**VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB):** Eu estou dizendo que hoje mesmo o prefeito deveria demitir a senhora procuradora geral do Município. Muito obrigado, senhor presidente.

---

<sup>10</sup> Simone Moreira (registro)



**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Uma Declaração de Líder solicitada pela bancada do PTB. Vereador Adiló Didomenico.

**VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB):** Senhor presidente, senhoras e senhores vereadores, pessoal que nos acompanha aqui do plenário através da TV Câmara, das redes sociais. Evidente que nos deixa extremamente preocupados a denúncia e V. Exa. traz aqui, vereador Elói, porque isso aí transcende qualquer outro assunto que porventura até hoje tenha sido tratado. Então sempre é bom um pouco de cautela em todos os casos, mas se comprovado este assunto realmente estamos diante de um fato gravíssimo inequivocadamente de crime de fraude, de documento, jamais visto. Não me lembro, nesses 50 anos<sup>11</sup> em Caxias. Então vamos com um pouco de cautela, mas realmente nos preocupa. Mas o que me traz hoje a essa tribuna é Caxias hoje está de luto por essa decisão do STJ. Uma decisão absurda, um processo eivado de anomalias jurídicas dito pelo ministro nada mais e nada menos do que o Ministro Herman Benjamin, talvez o mais experiente da 2ª Turma, o mais sensato e cauteloso que analisou o processo Magnabosco de ponta a ponta. Foi o ministro que se debruçou em cima do processo, foi o ministro que olhou para a questão e o impacto social e para o quê a decisão do STJ pode causar, daqui para frente, em termos de jurisprudência.

**VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT):** Um aparte na oportunidade, vereador.

**VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB):** Lamentavelmente nem todos os ministros do STJ tiveram a mesma responsabilidade. Vamos aqui deixar bem claro, é a mais alta corte do tribunal de justiça. Casos como esses deveriam ser analisados como foi pelo Ministro Herman Benjamin, por todos os ministros antes de dar o voto condenando da forma que condenaram o município de Caxias do Sul. Eu faço isso hoje, essa manifestação, com muita tristeza e muito pesar porque isso vai impactar sobre o destino de Caxias do Sul para os próprios 15, 20 anos. E este Poder Legislativo fez a sua parte, vários vereadores foram a Brasília, a bancada gaúcha encaminhou um documento pedindo exatamente isso que fizeram três ministros, muito cuidado, muita cautela ao analisar esse processo, um processo que tem, como falou aqui o vereador Elói, que é da área, eu não sou advogado, mas a gente tem sentimento de frustração como qualquer cidadão diante de uma sentença equivocada, de uma sentença que deixa o município de Caxias do Sul de joelhos. Caxias não merece isso. Eu imagino que ontem alguns advogados estourando champanhe e comemorando e nós aqui chorando e lamentando o desfecho porque um dos maiores equívocos que tem nesse processo é designar, é determinar 15% de honorários para os advogados. O senhor e a senhora que está nos acompanhando, 15% para os advogados quando esse tipo de processo o limite é 5%. Por que nesse caso tem 15%? Isso ultrapassa a cifra de 120 milhões só a parte paga pelo município, fora o que os demandantes, a família vai pagar os advogados. Aí dá para compreender um pouco porque esse cardume de advogados atrás desse processo. Aí dá para entender um pouco, uma megassena daquelas de final de ano, impagável. O município não sobra isso por ano para fazer os seus investimentos. Do livre não sobra 120 milhões. O prefeito não dispõe de 120 milhões para atender as demandas da sociedade de Caxias, num ano não sobra isso. Isso vai de honorários para os advogados. E também indo na mesma linha do vereador Elói, me preocupa demais que a procuradora, em horário de expediente, da sua obrigação, tinha que estar lá em Brasília para ontem mesmo ter feito uma reunião com o ex-ministro Ilmar Galvão, um experiente ministro, advogado, contratado pelo município para já montar estratégia contra essa sentença absurda. Isso era o mínimo, ontem tinha que estar virando a

---

<sup>11</sup> Vera Rassier (registro e conferência)



noite já discutindo estratégia para como defender o município e aí a gente vê a procuradora aqui, em horário de expediente, fazendo uma defesa contrariando inclusive a ética da OAB, os princípios da OAB. Então as coisas não vão bem. O clima dentro da procuradoria do município não é o melhor. As duas procuradoras que trouxeram esse processo até aqui, a Ana e a Karen Comandulli, que, por sinal,<sup>12</sup> deve estar de aniversário hoje, se não me engano. Cumprimentos a ela. Mas que dia para receber, no seu aniversário, para receber essa notícia. Mas essas procuradoras foram incansáveis e fizeram um trabalho exemplar.

**VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT):** Um aparte, vereador.

**VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB):** Elas conseguiram trazer esse processo, até esse julgamento, pelo seu esforço, pela sua capacidade. E agora foram afastadas do processo. O senhor e a senhora que estão nos acompanhando também têm que saber disso. O senhor prefeito afastou as duas procuradoras que estavam cuidando do caso. Isso também é importante. Elas poderiam estar lá em Brasília e talvez poderiam, quem sabe, ter contribuído de uma forma diferente. Seu aparte, vereador Toigo.

**VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT):** Muito obrigado, vereador Adiló. Realmente é uma decisão muito injusta contra o Município de Caxias do Sul no caso Magnabosco. Eu diria que foi um soco no estômago da população caxiense. E um processo que, havendo uma dúvida, e se percebeu isso na votação final, quatro votos a três, o presidente fez o voto de Minerva para desempatar. Sempre, nas causas judiciais, havendo dúvida, sempre se vota a favor do réu. Isso é o que manda o Direito brasileiro. Mas uma coisa importante a se dizer neste momento, vereador Adiló, porque a sociedade caxiense está em polvorosa com relação a isso, é o momento de não achar culpados. Isso é o mais importante neste momento. Nós percebemos sempre a idoneidade, a seriedade nas diversas administrações que se sucederam à frente da administração. O esforço que tiveram, inclusive dos procuradores agora por último também, de fazer a defesa do Município. Agora, é uma dívida absurda, impagável e que, com certeza, se nós tivermos que pagar isso, a municipalidade, vai inviabilizar o Município de todas as maneiras. Nos investimentos tão necessários em saúde e educação, no pagamento de folha de salários, honrar o pagamento de empréstimos. São valores estratosféricos. E o que fazer neste momento? O que fazer? Acho que nós precisamos agora, a administração municipal, canalizar esforços, um raciocínio muito forte, e procurar uma estratégia jurídica em fazer com que esse processo chegue ao Supremo Tribunal Federal para realmente mostrar que existe injustiças e inconsistências em continuar insistindo em deixar o Município no polo passivo dessa ação. Precisamos fazer com que esse processo chegue ao Supremo Tribunal Federal. Obrigado.

**VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB):** Obrigado, vereador Gustavo. De imediato, vereador Rafael.

**VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT):** Vereador Adiló, é uma lástima uma notícia dessa para Caxias do Sul, que sai perdendo e impacta toda uma região. Agora dizer que a Câmara de Vereadores sempre esteve presente, o senhor esteve, enquanto presidente da comissão, e demais vereadores estiveram em Brasília lado a lado acompanhando esse processo. Infelizmente o nosso prefeito chegou atrasado ontem, no processo de votação. Estava sendo votado lá o processo, ele estava lá em Brasília exclusivamente para isso e ele não participou no momento inicial ali. O que eu vejo, vereador, é a procuradora pedindo e

<sup>12</sup> Leandro Ribas (registro e conferência)



pedindo prorrogação de prazos. O que tinha de mais fundamental importância em Caxias do Sul, o tema sendo discutido ontem, a não ser o *impeachment*, não era esse negócio do caso Magnabosco? Cadê a procuradora para estar defendendo o Município? Para pedir prazo para prorrogar testemunha tem. Agora, para ir lá numa função que é do Município ela não estava? E aí, vereador, dizer que realmente, essas questões que o vereador Elói levantou da tribuna, que é um crime, que é um crime. A OAB tem que se posicionar o quanto antes se cassar o diploma, a carteirinha da OAB dessa procuradora. Parabéns para o pombo correio que trouxe a documentação para o senhor, vereador Elói Frizzo. Uma denúncia gravíssima, gravíssima na história de Caxias do Sul. Obrigado.

**VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB):** Obrigado, vereador Rafael. Eu acredito que a primeira medida, imediatamente, o prefeito deveria reconduzir a procuradora Ana e a Karen para cuidar desse processo, porque elas conhecem como ninguém o processo, se debruçaram durante vários anos. (Esgotado o tempo regimental.) Então essa é a primeira medida. Não estamos aqui condenando o prefeito “a”, “b”, nem o atual prefeito. O momento é de união por Caxias. Nós precisamos. Mas começa nomeando as procuradoras certas, que conhecem o processo para poder defender, porque isso é muito importante. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Uma declaração do PDT. Vereador Rafael.

**VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT):** Presidente, um bom dia a todos. Em especial a alguns visitantes, que poderiam estar trabalhando hoje, poderiam estar nos seus afazeres. Que há mais de três, quatro, cinco décadas<sup>13</sup> trabalham para a cultura e para a população de Caxias. Aqui eu quero fazer uma saudação para a Dona Ivanda, que está aqui presente, o Eder e a Ana aqui presentes, o Roque Simas aqui presente, e também o Rogério Mello, pessoas essas que trabalharam, dedicaram a sua vida, estão aqui, peço à TV Câmara que mostre, na primeira fileira, que dedicaram a sua vida para a cultura de Caxias, para a informação e colaboraram durante anos através das bancas de revistas e jornais. Esses são alguns dos proprietários. o Simas da banca de revistas ali ao lado do Postão; a Ivanda, aqui em frente a Prefeitura; o Rogério lá no São Pelegrino e a Ana, a banca da Ana aqui da Praça Dante Alighieri. Pessoas tradicionais que hoje estão aqui no nosso plenário para acompanhar a primeira discussão do projeto que será votado provavelmente na terça-feira. Um projeto encabeçado pelo vereador Edio Elói Frizzo, que sugeriu, e através da minha assinatura e do vereador Paulo Périco, os três historiadores, protocolamos esse projeto ainda no início do ano. Protocolamos um projeto para tornar as bancas, reconhecer as bancas de jornais e revistas, como patrimônio cultural de natureza imaterial. E nós, a gente tinha como premissa que seria aprovado de forma rápida, sem rasteiras, não por parte do Legislativo, mas sim por parte do Executivo, porque a gente pensa que o Executivo entendia como as bancas de revistas e jornais algo que garante a história de Caxias do Sul, a memória e através desse projeto que possamos então fazer justiça. E esse projeto foi perdido. A Prefeitura perdeu o projeto. E aí, de tanto a gente cobrar, e o presidente da Câmara mandar dois ofícios para a Prefeitura, foi achado o projeto de vocês no Compahc e aí eles engavetaram. Eles engavetaram o projeto de vocês. O Compahc votou favorável. O Conselho, que é para deliberar, votou favorável. Mas, infelizmente, o secretário, a mando do prefeito, são tudo uns mandalètes, o que fizeram? Não mandaram para o Legislativo o projeto de vocês, nosso projeto para ser aprovado. E aí, senhor presidente, eu peço que a TV Câmara mostre umas fotos enquanto eu falo, aqui o Mello porque estive na banca da Ivanda e do Mello naquele dia que tiveram a ordem, o prazo final para fechar, senão a

<sup>13</sup> Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



Prefeitura ia mandar a Guarda Municipal, ia mandar a fiscalização para recolher. E aí a gente vê no semblante do Mello, e pode ir passando as fotos, a aflição. Local que antes servia de informação, de cultura, de integração... Aí as bancas estavam sendo fechadas, perdendo o seu maior conteúdo: as revistas, jornais, palavras cruzadas. Aí, numa noite triste, como a gente pode ver, o choro do Mello, o semblante do Mello. Anos de história, Mello. Aí então uma das bancas da praça, porque quando foi entrado na Justiça, o único proprietário que não entrou na Justiça para solicitar a permanência da banca foi um das duas bancas que tinha na praça. Imediatamente, então, o que aconteceu? Patrola abaixo. O nosso prefeito é conhecido nacionalmente como destruidor, demolidor. Tem uns que constroem, outros têm a prerrogativa de destruir. E aqui é o nosso prefeito, como mostram essas imagens, que no momento onde estava chovendo e as patrulas poderiam estar no nosso interior, em outros locais de alojamentos. Não, as patrulas estavam ali na praça... Servidores públicos, vários servidores públicos estavam na Praça Dante Alighieri nesse momento. Aí a destruição. E aí então, como símbolo, para homenagear os donos, proprietários de bancas de revistas e jornais, nós escolhemos o Rogério Mello, o amigo de todos vocês. Aí a Câmara de Vereadores entregou o Prêmio Troféu Caxias. Vários vereadores estiveram presentes, os proprietários das bancas estiveram reconhecendo o Mello também como um dos símbolos da resistência de Caxias do Sul no que tange a cultura. Aí então nós partimos para diversos programas de rádio, de TV, vocês deram entrevistas para os jornais da nossa cidade. Aí, então, quando a gente fala em bancas é bom retratar como elas eram antes. Aqui a banca do Simas. Simas é uma pessoa, me permite dizer, foi uma das tuas poucas, talvez a única, ou poucas profissões a tua, dono de banca.<sup>14</sup> E o estado que esse cidadão está de depressão, fazendo rifa para ter que sobreviver, porque não tem profissão pela idade dele. É um crime o que esse prefeito está fazendo com o cidadão. Um cidadão, porque não teve profissão e se vai no Sine não encontra, foi a única, porque mais de décadas ele esteve trabalhando. Olha como era a banca, por exemplo, da D. Ivanda. Olha a alegria, a pintura das bancas, o colorido. Uma senhora que sustentou sua família, está aqui. Onde é que ela vai procurar profissão agora? Não tem idade. A única profissão dela foi trabalhar na banca a vida inteira. A banca da Ana. Está aqui com a sua bengalinha no plenário. Vai trabalhar aonde, D. Ana?

**VEREADOR EDSON DA ROSA (PMDB):** Concede um aparte, vereador?

**VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT):** Foi a sua vida inteira de história, de memória e aí como está hoje. Nós ganhamos uma liminar através do jurídico da Câmara de Vereadores que proibia descaracterização das bancas de revistas e jornais e agora na última semana, em vez de o prefeito pintar as escolas, pintar um lugar que realmente precisa, pintar as faixas de pedestres que estão apagadas na nossa cidade, eles estão deixando a nossa cidade de cinza. Pintando, gastando tinta, dinheiro público. Onde tinha cultura, onde tinha informação, onde tinha a diversidade da nossa cidade está assim neste momento. E foi repercussão nacional. Eu passo um vídeo de uma reportagem que foi nacional, uma vergonha nacional, Caxias na rádio Gaúcha ao vivo. Prestem atenção. (Segue a exibição do vídeo.) Bom, então aqui a gente observa...

**VEREADORA GLADIS FRIZZO (MDB):** Uma Declaração de Líder ao MDB.

**VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT):** a Rosane de Oliveira e o Daniel Scola. Quantos milhões de pessoas escutando ao vivo ou por linck a Rádio Gaúcha. Eu quero só dizer para os mentirosos, para os secretários mentirosos e para aquelas pessoas que triplicam a mentira, que falam a mentira, que os donos

<sup>14</sup> Leandro Ribas (registro e conferência)





de banca estavam todos irregulares, que eles estavam totalmente sem para imposto, sem pagar nada. Está aqui. A Ana, por exemplo,<sup>15</sup> a banca da Ana que está desde 1967... Ocupando a banca da Ana ou como o Melo, de 1979, algumas décadas, Melo, o meu pai estava ali com sete, oito anos, Ana, quando colocaste a banca ali na praça. Mas aqui, pessoal, está aqui, o imposto que ela pagou, o IPTU para trabalhar no ano de 2019. Pago. Para as pessoas que gostam de falar, que tem a língua maior que a... Que falam que vocês estão tudo de forma irregular e que a prefeitura fala esse boato que vocês estão irregular, está aqui o IPTU, a Dona Ana trouxe aqui para nós comprovarmos. Então é mentira, eles querem trabalhar. Prefeito, deixa essas pessoas trabalharem em paz, chega de destruir a nossa cidade.

**VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB):** Permite um aparte.

**VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT):** Chega de destruir a nossa cidade, prefeito. Por isso a Câmara de Vereadores tem o compromisso, na terça-feira que vem, de votar esse projeto para devolver as bancas para esses trabalhadores, mas principalmente existe uma música da Marisa Monte onde diz que a cidade... As coisas da cidade, o patrimônio, são pintados de cinza e quando pinta de cinza a cidade entristece. Aliás, cinza era a cor de Hitler. Quando Hitler não gostava das coisas ele pintava de cinza e talvez nós temos um outro larápio na nossa cidade que se assemelha ao Hitler. Ana, Simas, a Dona Ivanda, o Eder e o Rogério, a Câmara de Vereadores vai fazer justiça para garantir a memória e a história do trabalho de vocês. Muito obrigado, presidente.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Uma Declaração de Líder da bancada do PSDB. A palavra com a vereadora Paula Ioris.

**VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB):** Vereadora Paula, me concede trinta segundos?

**VEREADORA PAULA IORIS (PSDB):** Pois não, vereador, de imediato.

**VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB):** Obrigado, vereadora. Só dizer que na frente da banca, vereador Rafael, da Sinimbu com a Marquês do Herval, tem quatro pinos que era do relógio e eles não enxergaram para tirar eles, que as pessoas estão se acidentando, tropeçando neles. Obrigado pelo aparte, vereadora.

**VEREADORA PAULA IORIS (PSDB):** Bom dia presidente, bom dia colegas vereadoras, vereadoras, quem nos assiste aqui no plenário, pessoal das bancas, pela TV Câmara. De fato, ver essas imagens é muito triste. Vivemos dias pesados, estamos no transcorrer de um processo de *impeachment* que é uma coisa grave. Temos como, no dia de ontem, a condenação do caso Magnobosco também, que nos preocupa a todos. No estado temos muitos desafios e tudo isso precisa ser e com certeza será enfrentado, não tem outra saída. Nós como lideranças aqui na cidade, assim como em cada papel que cada um exerce, precisamos enfrentar os desafios. Rogo que tenhamos muita luz e muita responsabilidade em cada ato que fizermos. Eu escolho apresentar, nesse espaço de liderança, um voto que votamos hoje, um voto de congratulações, que fiz com muita alegria, com muita honra e com a certeza que a saída para tudo que nós temos que enfrentar na nossa vida pessoal, na nossa vida de trabalho, na nossa vida de convivência em sociedade é o protagonismo. É o protagonismo, é a união de esforços e aqui eu faço um parêntese, vereadora Denise, vereadora Gladis, vereadora Tati, da repercussão que houve nos jornais, nas redes sociais, daquela nossa foto na capa do jornal. Muitos escreveram, eu recebi e acredito que vocês também. É isso que eles esperam, que a gente se una para defender causas. Então, de fato, eu acredito muito que a união de esforços, que o protagonismo é que é a saída para as coisas. O voto que eu quero falar hoje é um

---

<sup>15</sup> Vera Rassier (registro e conferência)



voto de congratulações que eu fiz para a Escola Victorio Webber, vereador Kiko, lá do teu bairro. Essa escola eu tive a oportunidade de conhecer numa visita ao meu gabinete, que a diretora e o vice-diretor fizeram ainda no ano passado quando eles vieram relatar a luta que eles fizeram junto com o padre, com a comunidade<sup>16</sup> certamente, com o vereador Kiko, em formar novas turmas. Eles resolveram assumir a escola. A escola é grande e estava fechando. Tinham alunos que iam estudar, os pais tinham que pagar transporte, e eles iam estudar em outra escola municipal. Eles resolveram se organizar. A escola comprou a briga. Foram conversar com o Estado. O CPM. Exatamente, vereador Kiko. A direção, os professores e o CPM compraram essa briga junto com a comunidade. O padre falou na igreja, formaram novas turmas, vereadora Gladis. E é lindo de conhecer o trabalho que eles estão fazendo lá. Agora o projeto, ao qual fiz voto de congratulações, é o projeto de iniciativa da escola. Envolve 120 alunos do ensino médio: De olho no futuro. Conversava com a diretora: “Esse projeto é pontual? É para este ano?”. “Não, o nosso projeto é para ser permanente. Terá continuidade.” O projeto prevê a capacitação, inserção e permanência dos alunos do ensino médio no mercado de trabalho e a redução dos índices de evasão escolar. Vejam que maravilha. Completamente dentro do nosso objetivo de prevenção das questões de criminalidade, da guerra ao tráfico de drogas, da formação do nosso jovem. E o que contempla o projeto? O que eles já fizeram? Presidente, está difícil. Não deve ser muito interessante o assunto. Né, vereadora? É, né? É interessante. Eu também acho. Tenho segurança disso. Bem, eles já fizeram em parceria, como todo o projeto ele é conjunto, em parceria com uma empresa metalúrgica ali região, um curso de LID, Leitura e Interpretação de Desenho. Esse curso teve início no dia 2 de novembro. Então ele prepara os jovens, que tiverem interesse na área metal mecânica, para a área metal mecânica. Contempla também visitas a empresas. Eles já fizeram uma visita, por exemplo, à Agrale. Onde a empresa apresenta os diversos tipos de trabalho que a empresa oferece para eles poderem conhecer. Também contempla visitas às faculdades da região. Já fizeram algumas visitas. Eles tiveram um fórum de palestras. Olha que palestras interessantes: etiqueta, boas maneiras, ética, vestuário e imagem no mundo corporativo, técnicas de venda, a língua inglesa no universo profissional e ainda a tecnologia e a matemática como vivência internacional. Então palestrantes que vieram dar uma visão de mundo inclusive para eles. Então, o que é importante destacar? A gente sabe que existem os programas governamentais. Hoje nós temos o Fórum da Aprendizagem iniciando lá na... Tendo abertura. Teve abertura hoje, às 9 da manhã, lá nos Pavilhões da Festa da Uva. O vereador Fiuza está representando esta Casa. Mas aqui houve uma iniciativa da escola, junto com os alunos, com os professores, com a comunidade no entorno. Eles foram procurar o que tem na nossa cidade, está à disposição. As empresas, as faculdades, voluntários sendo palestrantes. Então, gente, é essa a nossa saída. A nossa saída é a iniciativa, é a união de esforços e é oportunizar para esses jovens que eles possam... Imagina para quem está lá no banco... Então, além do ensino do dia a dia, eles têm a oportunidade de ter uma visão de mundo, de coisas que estão a nossa disposição. Então é com imensa alegria que a gente percebe essas iniciativas, vereadora Gladis. Seu aparte.

**VEREADORA GLADIS FRIZZO (MDB):** Vereadora Paula, eu quero parabenizá-la por trazer esse assunto. Porque a gente muitas vezes vem aqui e só fala dos problemas. Isso nos faz crer que existem escolas que estão colocando em prática aquilo que nós estamos pedindo há muito tempo. Valorização da educação, tirar os jovens<sup>17</sup> da rua, da evasão escolar. Então quero parabenizar a senhora e também essa

<sup>16</sup> Leandro Ribas (registro e conferência)

<sup>17</sup> Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



escola maravilhosa e que ela sirva de exemplo para muitas outras porque é preciso que as coordenações também, das escolas, tenham essa visão para que possa dar certo. Parabéns.

**VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD):** Um aparte, vereadora.

**VEREADORA PAULA IORIS (PSDB):** Obrigada. Vereador Kiko.

**VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD):** Vereadora Paula, que bom que a senhora traz esse assunto. Isso valoriza muito a direção atual e as outras que vêm sempre lutando por aquela escola. De uma escola que era, há muito tempo, discriminada hoje ela já é procurada pelas famílias para matricular os seus filhos. Isso é um trabalho do quê? De iniciativa da direção, junto com o CPM, envolvendo a comunidade. Quantas lutas a gente teve lá? E aquela obra parada, com projeto de... Mas isso aí é outra história, é uma história muito grande naquela região.

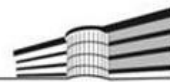
**VEREADORA PAULA IORIS (PSDB):** Eles estão vendo essa obra, vereador, acho que o senhor sabe.

**VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD):** Tem ali projetos que ninguém tem acesso, mas tudo bem, pelo menos agora... Estavam perdendo muito tempo, os alunos, por causa da primeira série, segunda, foi retomado de novo para ocupar as salas, em parceria com o município, isso é muito importante. Isto parte de onde? Primeiro de tudo da direção da escola. Isso tem que dar os parabéns mesmo para a nova direção.

**VEREADORA PAULA IORIS (PSDB):** A diretora Lucélia Dall Agnol ela é muito inspiradora, ela tem uma luz maravilhosa. Junto com a professora Vanessa Luísa Endres e a professora Juliana Casal Corrêa. Então, de fato, é isso, vereadora Gladis e vereador Kiko, eles tomaram a iniciativa e tudo está à disposição de quem tiver iniciativa. Eu quero aproveitar, finalizando, para lembrar os vereadores da Comissão de Segurança e Proteção Social que hoje à tarde nós teremos, lá, durante a realização do fórum, a nossa reunião que estará presente a Uniftec, os APLs, a Dra. Denise e nós dando continuidade aquele projeto que apresentei e que apresentamos aqui hoje à tarde lá na Festa da Uva. Está bem? Um abraço. Muito obrigada.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Uma Declaração de Líder solicitada pela bancada do MDB. Com a palavra o vereador Paulo Périco.

**VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB):** Senhor presidente, senhoras e senhores vereadores, é uma data muito negativa para o município de Caxias do Sul por alguns motivos. O primeiro motivo é esse que os colegas já trouxeram aqui e o hoje a questão do Magnabosco. Acredito que, falando em nome do meu colega Edson, da colega Gladis, do colega Felipe, a bancada do MDB tem a convicção de que a família Magnabosco tem todos os seus direitos. Em nenhum momento nós colocamos que a família não tinha absolutamente nenhum direito sobre uma indenização daquela área. Os advogados da família Magnabosco tem o direito de irem até a última instância exigirem aquilo que a família Magnabosco já deveria ter recebido há muitos anos. Não recebeu por “n” motivos. Mas o nosso ponto é justamente a questão de juros e o valor estratosférico colocado nesse processo. Isso são dúvidas que nós já levantamos aqui nesta Casa. Como o vereador Adiló também colocou e nós já colocamos aqui, em processos desse montante, 15% de sucumbências, para um escritório de advocacia, é uma coisa completamente irreal. Nunca se viu isso na história do nosso país, da República, nunca se viu e é 15%. Seria 5, mas não é porque seria 15 ou 5, a questão é que os 800 milhões ou mais, isto é irracional. A falta, sim, de responsabilidade do presidente do Tribunal, que foi o voto de minerva, ele não analisou o que o ministro Benjamin tinha dito. Eu estava lá no Tribunal no dia, junto com a vereadora Paula Ioris, quando ele falou textualmente. Como o município entra no processo estranhamente 14 anos depois? De onde surgiu o



município? E as palavras do ministro Benjamin.<sup>18</sup> No Brasil sempre sobra para a viúva. Ele usou essas palavras. A viúva ou é o município, ou é o Estado ou é o governo federal que vão ter que pagar. Ele usou essas palavras e justamente vai sobrar para a viúva, no caso, todo o município de Caxias do Sul e toda a população de Caxias do Sul. Que é devida uma indenização? Sim, é devida uma indenização, mas, por favor,

**VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB):** Se possível, um aparte, vereador Périco?

**VEREADOR PAULO PÉRICO (PMDB):** um pouco mais de responsabilidade por parte do Supremo Tribunal de Justiça que vai acarretar consequências intermináveis na sociedade brasileira. Caxias do Sul poderá ter uma que é lá o Monte Carmelo. Já poderá ser outro. Os proprietários hoje de terras invadidas por todo o Brasil já estão alertados, já estarão acionando os seus respectivos municípios e vão ganhar, porque criou-se uma jurisprudência, a falta de responsabilidade. Não é o não direito. A família tem sim o direito, mas, por favor, senhoras e senhores, isso é... Nós temos que salientar aqui nesta Casa que é indignante. Nós temos essa situação que vai acarretar um prejuízo sobre maneira para o município de Caxias do Sul. Outro assunto, eu gostaria só de poder hoje trabalhar com três assuntos que foram levantados aqui

**VEREADOR EDSON DA ROSA (PMDB):** Um aparte, vereador?

**VEREADOR PAULO PÉRICO (PMDB):** que a nossa bancada não pode ficar quieta, o MDB não vai ficar quieto. Outra questão é o que o vereador Frizzo traz. Essa denúncia que o vereador Frizzo traz que é um fato, primeiro lamentável, que algum servidor público, por ventura, venha a ter feito isso. Mas não é venha a ter feito, alguém fez, porque aqui esteve o vereador Frizzo mostrando os documentos que não constam no processo e constam em outro processo.

**VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB):** Vereador Paulo, me permite só mostrar de novo para o senhor.

**VEREADOR PAULO PÉRICO (PMDB):** Sim, por favor.

**VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB):** Então aqui para que as câmeras observem. Página 7

**VEREADOR PAULO PÉRICO (PMDB):** TV Câmara, por favor, se puder.

**VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB):** Página 7 com o número feito pelo procurador. Na sequência nós temos a página 8, com o parecer e a página 9 com o parecer. Também com a letra do procurador, carimbo do procurador. Aqui no outro processo, nós temos então: página 7 igual com o carimbo do procurador e aí as páginas 9, vamos pegar a 9 só, já está o outro carimbo da procuradora e com letra diferente e aqui a página 8 que também está escondida aqui.

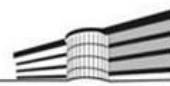
**VEREADOR PAULO PÉRICO (PMDB):** A página 8 e a página 9.

**VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB):** Então isso sumiu. Esse parecer aqui sumiu do processo e entrou o parecer da Dra. Cássia.

**VEREADOR PAULO PÉRICO (PMDB):** Vereador Frizzo...

**VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB):** Isso é, meu Deus do céu!!! Eu, em 30 anos, vereador Paulo, acompanhando a prefeitura esse é um dos crimes mais graves que existem. Você sumir com um parecer de alguém de carreira, um procurador de carreira, estão todas aqui as páginas onde o processo entrou no setor específico da procuradoria, foi distribuído para esse procurador e foi dado o parecer. Coincidentemente some e aparece um parecer da procuradora que não deixa no processo. Ela poderia desconstituir o parecer do procurador e dizer o seguinte. Não, não concordo com o parecer do procurador, mas deixava

<sup>18</sup> Leandro Ribas (registro e conferência)



ali, a minha opinião é outra e que vai contra inclusive a manifestação anterior do próprio procurador, que o próprio Daniel já havia colocado, doutor Leonardo, Dra. Ketlin que também foi procuradora adjunta, cargo de confiança, que eram contrários a edição deste decreto e a utilização desse decreto para impedir a Parada Livre, literalmente. Aí é perseguição, preconceito caracterizado, impedir a Parada Livre. Obrigado.

**VEREADOR PAULO PÉRICO (PMDB):** Obrigado, vereador. Vereador Elói, eu gostaria aqui de dar uma opinião<sup>19</sup> a todos os colegas. Acredito eu que o procurador Bolsoni ele foi colocado como testemunha, por parte do requerente do processo do *impeachment* num segundo momento, não no primeiro momento. Mas acredito que cabe a esta Casa trazer aqui o procurador Bolsoni aqui nesta Casa para que explique publicamente o ato dele e que fique bem claro. A gente pode trazer ele aqui, convidá-lo...

**VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB):** Vereador Paulo, se permite... Na ação civil pública movida pelos dois procuradores, estadual e federal, eles já referem isso, eles já têm conhecimento. Então não precisa mais, já está caracterizado.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Juridicamente não é possível, vereador Périco. Não é possível juridicamente.

**VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB):** Não é possível juridicamente. Por isso que eu fiz essa colocação não sendo possível juridicamente, mas é vergonhoso esse tipo de atitude e que ontem vem aqui a procuradora e simplesmente ignora e desrespeita inclusive a própria comissão e esta Casa.

**VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB):** Um aparte.

**VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB):** Isso tem que ser levantado pela nossa Comissão Processante e acredito, é claro, que será levantado, mas é uma vergonha. O vereador Adiló pediu um aparte, o vereador Edson também, da nossa bancada, vereador Kiko.

**VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB):** Bem rapidinho, vereador Périco. Só para dizer que a questão da indenização da família Magnabosco em nenhum momento eu me manifestei que sou contra, vou na mesma linha de V. Exa., eles têm o direito porque não tem como deslocar todas aquelas famílias de lá, que seria a sentença cabível. Então acho que a indenização da família não se discute, o resto que é o problema. E o valor correto da terra também não se discute. Agora, não 820 milhões. Obrigado pelo aparte.

**VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB):** Obrigado, vereador Adiló. Vereador Edson, o seu aparte.

**VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD):** Presidente, uma Declaração de Líder da bancada do PSD.

**VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB):** Vereador Felipe, gostaria de um aparte?

**VEREADOR FELIPE GREMELMAIER (PMDB):** Bem rapidinho, vereador Périco. Só para reforçar essa questão da procuradora do município, ontem ela teve um ato absurdo na condução dos trabalhos, com relação ao vereador Thomé, querendo exigir a presença do assessor jurídico na Mesa. Vereador Périco, quem faz parte da Comissão Processante são os três vereadores sorteados. Se ela quer comandar a Comissão Processante que se eleja vereadora, entre com processo de *impeachment* e caia no sorteio. Quem comanda a Comissão Processante são os três vereadores, não tem que exigir ninguém além daquelas pessoas. Então ela que se coloque no lugar dela porque moral ela não tem nenhuma mais para falar nada nesta Casa.

<sup>19</sup> Vera Rassier (registro e conferência)





**VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB):** É, vereador Felipe, a última colocação sua ela é precisa. Uma pessoa que fez o que fez, que está aqui comprovado, não tem moral nenhum de vir aqui e querer exigir algum direito da comissão porque é CC paga pelo município. Deveria estar em Brasília ontem para depois, logo depois do processo, se reunir com a banca de advogados, pagas pelo município, para ver quais os encaminhamentos processuais no caso do Magnabosco. Onde ela estava? Estava aqui como advogada particular do prefeito. Sendo paga por quem? Não sei. Com crachá da Prefeitura inclusive? Mais uma observação negativa, uma servidora pública aqui, em horário de expediente, defendendo uma questão privada, particular. Deveria estar defendendo o município. Então isso é mais uma vergonha dessa administração. Obrigado, senhor presidente, obrigado senhoras e senhores vereadores.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Declaração de Líder solicitada pela bancada do PSD.

**VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD):** Senhor presidente, bom dia. Bom dia vereadoras e vereadores. Eu pedi uma declaração para poder dar apartes para alguns vereadores que também precisam falar mais. Mas os dois assuntos pertinentes de Caxias do Sul, é como diz o vereador Elói, ninguém morre de tédio aqui em Caxias do Sul. Meu Deus do céu! Como a gente tem que ficar explicando, na rua, certas coisas que não tem explicação às vezes. A questão do processo de *impeachment*, condução, isso que está sendo feito, tentando denegrir a imagem dos vereadores. Esta questão também do Magnabosco que já vem de anos se arrastando e tem gente aí fora... A gente olha na rede social... Não tem mais como olhar rede social, como tem gente que fala bobagem condenando as famílias também, condenando a família Magnabosco. Tem vários erros, inclusive de quem está julgando. Quando dá empate e alguém decide é porque a coisa não está bem clara. Então é isso que significa. Agora, vale ressaltar aqui também que,<sup>20</sup> não sei se esta Administração, mas já vem se arrastando de outras aquela equipe para regularizar loteamentos. Nós temos que ter isso aí. Senão, daqui a pouco, não vai ser feito mesmo trabalho nenhum, trabalho nenhum em loteamento irregular. Porque criou um precedente, está criando um precedente. Então, que quem venha na próxima administração, que venha aí fazer campanha, que de fato não prometa, mas que faça, que monte uma equipe para regularizar esses loteamentos. Que se monte. Porque senão vamos continuar se escondendo atrás de documento e não fazer aquilo que a população necessita. É isso. E nós vereadores somos cobrados como se nós tivéssemos aqui passando os quatro anos. Estamos amarrados. Caxias do Sul, desculpa, virou uma lona, e tem um monte de gente debaixo dessa lona. Inclusive me incluo, me incluo, um debaixo dessa lona. Entendeu? Todo mundo entendeu o que eu quis dizer. Então está incrível, está difícil de se lidar numa cidade grande dessa maneira. Mas vamos levando. Tem eleições, tem esse processo aí que está andando. Vamos com muita responsabilidade para poder avaliar a situação. Vereador Elói.

**VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB):** Vereador Kiko, eu gostaria, se V. Sa. me dá oportunidade, de eu ressaltar o que eu falei no início da minha fala com relação à questão do Magnabosco, a família Magnabosco. Parece que não, mas a votação de quatro a três foi bastante importante, e o trabalho do Dr. Herman Benjamin quando assumiu essa condição da defesa do Município de Caxias. Na realidade ele está defendendo a população de Caxias. Ele conseguiu conduzir mais dois votos. De fato, estranho o presidente desempatar em favor da família. Um negócio meio complicado.

**VEREADOR RENATO NUNES (PR):** Um pequeno aparte, vereador Kiko.

<sup>20</sup> Leandro Ribas (registro e conferência)



**VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB):** Porque o presidente do Tribunal deveria olhar a questão mais social. Porque o que estava sendo discutido, vereador Kiko, era uma redução da indenização. Não era nem ganho de causa. Era só uma redução, era retirar os juros extorsivos do processo e pagar uma justa indenização. Essa foi a defesa do Dr. Herman Benjamin, quem estava lá e acompanhou. A vereadora Paula esteve lá, o vereador Périco e o vereador Adiló. Na realidade, a proposta apresentada por esse ministro era de reconhecer o direito da família Magnabosco, a indenização, mas não nessa loucura. Essa loucura literalmente para a cidade, para a Cidade. E aí, quando tu para a cidade, as formas como a população vai se manifestar, aí ninguém tem controle, ninguém tem controle. É o caos que eles querem instalar na nossa cidade? Tudo bem. Se é isso que eles querem, quem sabe vão ter.

**VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD):** Engraçado, vereador, que pessoas que nos criticam, nos chamam de vagabundos nas redes sociais, ontem essas mesmas pessoas colocaram na rede social: “Pega, não paga e passa a patroa por cima das casas”. Os mesmos que defendem o prefeito falam isso aí, falam isso aí. Então é incrível, é incrível. Mas a gente às vezes vê e, depois, preferia não ter lido certas pessoas falando nas redes sociais. Vereador Edson.

**VEREADOR EDSON DA ROSA (MDB):** Vereador Kiko, hoje os assuntos são bastantes e são polêmicos. Mas com relação ao caso Magnabosco, tenho certeza de que aqui nenhum dos vereadores quer retirar qualquer direito da família. É justamente que se mantenha uma coisa coerente, justa. Se abre jurisprudência e inviabiliza o município nesse sentido. Que se possa, ali na frente, pelo que se diz a família quer, vai ter que negociar esse valor. Porque literalmente nós não sabemos o que vai acontecer com o município se for mantida essa decisão. Então não se quer retirar direito da família, absolutamente nada. Porque, quem é de Caxias, aqui todo mundo se reconhece. Isso é uma outra grande verdade. E nós estamos acompanhando esse caso há muito tempo. Então vamos torcer que esse quatro a três, ali na frente, consiga se ter, como disse o vereador Frizzo, se suscitou uma dúvida que talvez o Supremo Tribunal Federal consiga fazer com que as partes sentem e se chegue a um valor de bom termo de indenização pela área. Acho que é isso que todos nós queremos aqui em Caxias do Sul. Com relação ao outro assunto que o vereador Frizzo trouxe, a gente procura... Eu tenho assistido a todas as oitavas. A gente se controla, fica tranquilo, até por já termos participado de um outro momento. Mas, quando nós nos qualificamos, à época, para estar à frente da Comissão Processante, uma das coisas que nós tínhamos o maior cuidado, vereador, e olha que talvez<sup>21</sup> nós tenhamos até excedido nos xerox, para que a numeração das páginas não fosse maculada, não fosse deixada de lado, porque isso ali na frente... Uma coisa que eu aprendi: o processo tem que ser mantido na íntegra, sem omissão e sem acréscimo daquilo que foi iniciado, vereador. Então, se isso, essa denúncia for, de fato, configurado que o vereador Frizzo traz aqui, o prefeito, numa iniciativa dele, tem que exonerar imediatamente a procuradora ou ela se considerar impedida por uma questão ética do processo. Isso. Obrigado, vereador.

**VEREADOR VELOCINO UEZ (PDT):** Um aparte, vereador?

**VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD):** A questão do caso Magnabosco, como o vereador Elói falou, ninguém discute o direito da família, ninguém discute também os advogados que estão defendendo. É um direito. E também as famílias que estão lá, porque Caxias do Sul é feita de invasões, não vamos dizer de invasões, mas de coisas irregulares a maioria. Não vamos citar invasões, porque aí parece que todos nós somos invasores. O Serrano, onde eu moro hoje, várias localidades, vários loteamentos, mas que nós

<sup>21</sup> Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



temos direito de ter uma moradia, mas que se conduza de forma diferente essa regularização desses loteamentos. Vereador Renato.

**VEREADOR RENATO NUNES (PR):** Vereador Kiko, obrigado pelo aparte. Só para contribuir com o debate, o senhor disse tem que ter um grupo ou uma equipe para tratar e trabalhar essas questões das regulamentações aí dos bairros, regularização dos bairros. Vereador Kiko, já existe e faz tempo, não é nem dessa administração, já é de outra. E nós temos o envolvimento de diversas secretarias, Secretaria da Habitação que é encabeçada pelo servidor Expedito, Expedito Filho não é, tem o Expedito pai. É um servidor muito competente, e é encabeçado por ele com diversas outras secretarias do Urbanismo e Planejamento, enfim, ou Secretaria de Obras e, inclusive, com o acompanhamento do Ministério Público em todas essas reuniões, com uma lista de ações e prioridades. Só que, tenho que concordar aqui com o senhor que, infelizmente, é bastante demorado esse processo. E só para lembrar também, por isso que o prefeito Daniel Guerra tem muita cautela no que diz respeito a fazer algumas obras em alguns bairros, exemplo, Monte Carmelo, que tanto se fala aqui neste plenário, porque, certamente, vereador Kiko, iria virar uma segunda causa do Magnabosco em Caxias do Sul. Se o prefeito colocar lá patrola e começar a fazer um monte de obra, como todo mundo gostaria que acontecesse, porque hoje, infelizmente, está acontecendo isso, Caxias vai ter que pagar essa conta de pessoas que, infelizmente, não tinham onde morar, acabaram invadindo e os políticos na época foram omissos, para não dizer que tiveram alguma participação nisso, porque eu não sei, eu não tenho prova, mas no mínimo foram omissos a essas questões e permitiram que hoje Caxias vai ter que pagar essa conta. Parabéns pela sua fala. Muito obrigado.

**VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD):** Bom, vereador. Quanto a essa equipe que está trabalhando, claro que já vem de outras administrações, mas, no início dessa administração tem um documento comigo de dez loteamentos que, no mínimo, seis ou sete, até o final do ano retrasado estaria regularizado. E no pedido de informação que foi feito, se não me engano, pelo vereador Renato Oliveira, veio ali sem dizer nada que não tinha previsão de regularização de nenhum loteamento. Então, quer dizer, ou é muita burocracia ou não estão trabalhando como deveriam trabalhar. Quanto ao menino Expedito Filho, tenho o maior carinho por ele, maior admiração. Fica aqui registrado. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

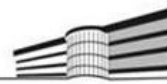
**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Ok. Está encerrado o Grande Expediente. Aproveito para saudar mais uma vez a diretora Lucélia Dall Agnol, as professoras Vanessa Endres e Juliana Correia, que nos abrilhantam com sua presença. E dizer da importância do trabalho para a Edu Tech na formação do LID, Leitura e Interpretação de Desenho. Dizer também que o vereador Elisandro Fiuza está em representação junto à CIC no Programa de Aprendizagem Infantil. Nós vamos suspender a sessão por alguns instantes e, de imediato, passaremos para a sessão extraordinária. A sessão está suspensa.<sup>22</sup> Sessão 384, da XVII Legislatura. Passamos à

### ORDEM DO DIA

*Em discussão única e votação o Veto Total do Projeto de Lei Complementar nº 10/2019, contido no processo nº 80/2019, de Autoria Coletiva, que acresce dispositivo à Lei Complementar nº 377, de 22 de dezembro de 2010, que consolida a legislação relativa ao Código de Posturas do Município. Relatoria a cargo da vereadora Paula Ioris.*

**VEREADORA PAULA IORIS (PSDB):**

<sup>22</sup> Simone Moreira (registro e conferência)



Referente ao PROCESSO Nº 80/2019 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 10/2019

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

PARECER nº 515/2019  
VETO

PELA CONSTITUCIONALIDADE do VETO TOTAL ao Projeto de Lei Complementar nº 10/2019, contido no Processo nº 80/2019.

O Poder Executivo Municipal submete à apreciação e deliberação desta Casa VETO TOTAL ao Projeto de Lei Complementar de autoria coletiva parlamentar, que acresce dispositivo à Lei Complementar nº 377, de 22 de dezembro de 2010, que consolida a legislação relativa ao Código de Posturas do Município.

A proposta tem como escopo principal, adequar a legislação local, aprovada recentemente Lei Complementar nº 582, de 20 de maio de 2019. É mencionado ainda, que a liberação de alvará de licença, com a ausência da carta habite-se, sendo liberado de forma provisória por 2 (dois) anos, podendo ser prolongado por igual período, devendo ser apresentado junto a municipalidade Laudo Técnico que ateste que a referida pode ser habitada e Laudo de PPCI do Corpo de Bombeiros. Tendo o proprietário da edificação em que se localiza o estabelecimento que não possua carta habite-se, o prazo de 2 (dois) anos, após a liberação do alvará de licença provisório, para encaminhar junto a municipalidade a regularização da referida, podendo ser prolongado o prazo pelo mesmo período, a fim de não inviabilizar a primeira liberação ou a renovação da licença do estabelecimento.

Aduzem ainda, que diversos municípios já possuem legislação neste sentido, exemplo é a cidade vizinha Farroupilha que desvinculou a liberação de alvará de licença da carta de habite-se, nos mesmos critérios que a presente preposição busca, proporcionando assim mais agilidade na liberação de estabelecimentos.

Cabe registrar que, ao ser analisada a matéria por esta Casa, durante sua tramitação, o Projeto recebeu pareceres pela inconstitucionalidade desta Comissão e também dos Institutos consultados, porém tal projeto foi votado em Plenário e aprovado por maioria dos vereadores desta Casa. Vale relatar que a Comissão de Desenvolvimento Urbano, Transporte e Habitação desta Casa Legislativa emitiu parecer favorável ao presente Projeto de Lei Complementar.

O Poder Executivo, ao receber o projeto, decidiu pelo Veto Total entendendo que o dispositivo entra em conflito com a legislação municipal vigente, especificamente com o Código de Obras do Município (Lei Complementar nº 375, de 22 de Dezembro de 2010) que em seu art. 24 dispõe que *"nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que tenha sido procedida a vistoria pela Diretoria de Fiscalização e expedida a carta de habitação"*.

Ainda argumenta, o autor do VETO, que a proposta legislativa diverge do Plano Diretor Municipal (em fase de atualização), não respeitando as exigências dos parâmetros de edificação, assim como o zoneamento definido. Relata não estabelecer critérios técnicos para os locais considerados como áreas de risco, que em geral são impróprias para a ocupação, bem como não foram consideradas questões de segurança. Por fim, justifica VETO TOTAL ao Projeto de Lei Complementar, por apresentar vício de competência e formal de iniciativa, visto que extrapola os limites legislativos municipais e fere o princípio da separação e independência entre os poderes.<sup>23</sup>

Diante das considerações acima referidas, o Chefe do Poder Executivo valendo-se do art. 73, § 1º e 94, inciso IV da Lei Orgânica do Município, que estabelece que "se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente...", decidiu pelo VETO TOTAL.

Pelas razões apresentadas, esta Comissão, por seus integrantes, entendendo que o Veto é um direito constitucional do Chefe do Poder Executivo, manifesta-se pela sua CONSTITUCIONALIDADE, competindo ao Plenário desta Casa a sua deliberação.

Salvo melhor juízo, este é o Parecer.

Caxias do Sul, 21 de novembro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

ADILÓ DIDOMENICO Presidente - CCJL- PTB  
ALCEU JOÃO THOMÉ Vereador - PTB  
FELIPE GREMELMAIER Vereador - MDB  
PAULA IORIS (Relatora) Vereadora - PSDB  
PAULO FERNANDO PERICO Vereador - MDB

(Legix)

Era isso, presidente.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Obrigado. Em discussão o veto.

**VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB):** Peça a palavra.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Vereador Adiló.

**VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB):** Senhor presidente, senhoras e senhores vereadores. Nós estamos diante de um verdadeiro absurdo, esse veto total do prefeito a esse segundo projeto. Por quê? No dia 24/6 foi feito uma audiência pública com a presença da secretária Mirângela e do secretário

<sup>23</sup> Leandro Ribas (registro e conferência)



Andreazza. Está aqui a fala deles. Inclusive nós pedindo para que eles enviassem alguma contribuição, e a secretária se comprometeu, até final de agosto, encaminhar no mínimo dois projetos para resolver esse assunto. Mas a fala deles ali no sentido de ajudar. E aí, vira-se a página dia seguinte, passam-se os meses e não vem nenhuma contribuição. E a Câmara aprova, aprova um projeto similar ao que havia sido aprovado antes. Porém, corrigindo todos os itens apontados como justificativa para vetar o primeiro projeto. Então nós estamos diante de uma situação de extrema gravidade em Caxias do Sul, senhoras e senhores vereadores e quem está nos acompanhando. Agora pela manhã, chegou a informação de um contador, de um contabilista, que o Município de Caxias do Sul está negando a informação de viabilidade para transferência de um endereço para outro, alegando que o Plano Diretor não fez essa previsão. Mas o Plano Diretor não mudou praticamente nada. O único zoneamento que teve alguma alteração para melhor é Ana Rech e o caso específico do Moinho Galópolis. O restante é o mesmo. E manualmente, com um pouco de boa vontade, qualquer um pode dar essa informação. Não. Se usa desse expediente para jogar a sociedade contra a Câmara de Vereadores. Agora, será que não tem ninguém na Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou na Secretaria do Urbanismo que tenha um pouco de responsabilidade e dizer para este prefeito que não é o momento de continuar trancando a economia de Caxias? Será que não tem ninguém que tenha um pouco de sensibilidade e juízo dentro desta administração? Olha o que estão fazendo com Caxias. Eu quero dizer ao senhor prefeito: Não vete esse projeto, porque nós estamos de posse da ata, de todas as matérias que saíram na imprensa. Nós vamos... O jurídico da Casa vai ter que trabalhar para derrubar. Porque isso aqui é uma afronta à sociedade, isso aqui é um absurdo. O que o senhor prefeito está fazendo com Caxias do Sul, o senhor quer acabar com a economia da cidade, o senhor quer acabar com Caxias. Trancar o alvará alegando, comparando com a boate Kiss. Mas vê se a boate Kiss tinha PPCI, vê se ela tinha carta<sup>24</sup> de responsabilidade técnica? Tudo isso nós tomamos o cuidado de melhorar esse segundo projeto. O primeiro era similar a Farroupilha e de tantas outras cidade onde o prefeito, com boa vontade, fez um decreto e regulamentou. Poderia fazer o mesmo aqui. Não, prefere vetar. E agora esta informação que chega hoje, vereador Elói, é muito grave. Ali dentro da prefeitura negando a viabilidade de transferência de um ponto para outro, jogando a culpa no Plano Diretor. Tudo agora é culpa do Plano Diretor. Agora, esquecem que podem fazer plano antigo, que tem um período de transição, mas muito pelo Plano novo, é só dar uma olhada, é só ter um pouco de boa vontade. Agora, prefere prejudicar a economia. Estão prejudicando a sociedade, estão prejudicando os contribuintes caxienses que querem trabalhar de forma legalizada. Então eu diria que em qualquer momento o que a administração está fazendo é de extrema gravidade. Mas no meio de um processo de *impeachment* continuar com essa burrice, com essa teimosia, jogando a sociedade contra a Câmara de Vereadores? É não ter o mínimo de capacidade, discernimento e se dar conta do momento grave que Caxias está vivendo, que precisa gerar emprego, precisar fazer a economia andar. Precisa começar a dialogar os poderes, nós estamos fazendo um esforço danado aqui e aí tu tem um veto com esses absurdos de alegações. Então eu só vou pedir uma coisa, por favor, não busque uma Adin para este projeto porque aí vai ser diferente do que a primeira vez. Nós estamos preparando documentação, pela Comissão de Constituição e Justiça, porque se a administração pública, a prefeitura, o seu Executivo não tem responsabilidade com o cidadão, esta Casa tem. Fica bem claro o recado.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Vereador Velocino.

<sup>24</sup> Jaqueline Carneiro (registro e conferência)





**VEREADOR VELOCINO UEZ (PDT):** Senhor presidente, nobres colegas, vereadores e vereadoras, tem que ser ainda repetitivo porque acredito que aqui dentro esse assunto já está na cabeça de todos os vereadores. Vereador Adiló, quando, enfim, vetar a gente não discute, cabe a ele vetar ou não. Porém, quando se joga a culpa no Plano Diretor, deixar bem claro, quem vetou o Plano Diretor foi o governo, não foram os vereadores. O veto veio de lá. Então quando o Plano Diretor, enfim, não está andando é porque ele vetou, não é porque esta Casa parou. Então essa não é a desculpa. Quando diz aqui, enfim, no veto dele: *Não estabelece critérios técnicos para locais considerados áreas de risco*. Que foi aquilo que a gente acrescentou no segundo projeto. Quem tem que avaliar esses critérios técnicos é na hora de aprovação do projeto para uma possível obra. É lá que tem que ter o entendimento técnico se é possível aquela construção e se o local é considerado de risco ou não. Não é aqui, é lá que tem que ter esse conhecimento. Quando se fala que não foram considerados prevenções de segurança, como o incêndio, isso é uma lei estadual. A gente não colocou no projeto que se isente, enfim, o PPCI, ao contrário, a gente colocou que se leve em consideração todos esses critérios. Quando a gente colocou que haja, enfim, a responsabilidade de um engenheiro, de um técnico responsável... Aí eu pergunto de novo, aquela cantina construída em 1950, de pedra, que precisou mudar o alvará para colocar que ia produzir suco de frutas porque assim o Ministério da Agricultura exige, aquela cantina vai cair agora? Que nem aconteceu ali numa obra em andamento, como ali no Gedol? Então não explica isso. O veto aconteceu em cima, baseado no outro e a gente acrescentou os três itens que assim a justiça se apegou que precisaria ser acrescentado e se usa o mesmo critério, baseado no outro que recém foi vetado porque não leu. Então ali sim tem que ter conhecimento técnico. Aquela cantina que precisa mudar o contrato social porque a pessoa já inseriu no contrato muito antigo, já tem mais de 90 anos, precisou, enfim, a família chegou no entendimento de retirar o pai, que está com idade avançada... Não consegue mais alvará. Aquela farmácia, que não vou citar nome, tem o entendimento... Acrescentou lá, vereador, duas linhas precisaria acrescentar<sup>25</sup> que tem o entendimento de colocar também produto conveniência não vai mudar nada, nada. Não consegue alvará. Aquele proprietário de imóvel talvez constrói um imóvel de quatro, cinco andares, chegou ali já tem um interessado na sala de baixo e não tem dinheiro para terminar aquele prédio, poderia logo ali locar, fazer funcionar emprego ali, não consegue. Então não tem explicação, mesmo eu com pouco estudo, não tem explicação. Não atende o interesse público. Olha, são contrárias ao interesse público. É o contrário. É de interesse público desenvolver emprego e renda. Aqueles loteamentos, vereador Frizzo, que poderia muito daqueles comércios legalizar, comprar talvez com preço melhor, porque a gente consegue um alvará, consegue que o representante com intermédio de nota, eu já tive dez anos comércio, muitas vezes tem que, enfim, comprar no Makro, porque não tem um alvará, poderia ser legalizado consequentemente cair mais a arrecadação ali, não consegue, porque não está se dando um caminho, uma chance burocrática para que isso se desenvolva. Isso sim é de interesse público. Então não há vontade. É o que se vê aqui. Não há vontade que a coisa ande. Deu por entender ali esses dias que nem na espécie de vários eventos, cheio na cidade, não tem nada nossa cidade. Vão ali para Nova Petrópolis no final de semana, cruzem ali em Galópolis que nem eu venho da minha colônia para tu entrar na BR no domingo à tardinha. O nosso povo de Caxias está indo na cidade vizinha, porque aqui não temos nada para oferecer. É isso que acontece. Faça isso para tu ver. Não temos nada para oferecer. Então acredito sim que muitas vezes quando um secretário se manifesta que nem ali querendo desenvolvimento,

<sup>25</sup> Leandro Ribas (registro e conferência)



colocando, esnobando dinheiro público através do vereador, concorra talvez com o trabalho que o senhor está fazendo na secretaria, talvez vai ser o mais votado. Isso sim, isso sobra tempo para fazer, agora criar alguma iniciativa, para desenvolver (Esgotado o tempo regimental.) Só para concluir, senhor presidente, não tem como se aquietar diante desse assunto. Então chamo atenção dos nossos vereadores. Vamos fazer a nossa parte, porque ali fora a comunidade está vendo. A comunidade não erra duas vezes, pode ter certeza.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Ok. Encerrada a discussão. Lembrar que quem votar vermelho rejeita o veto e quem votar verde aprova o veto. Em votação. Solicito aos vereadores que registrem seu voto. (Pausa) Vereador Fiuza como vota? Vota não. Vereadora Paula Ioris vota não. Encerrado o registro dos votos. Encerrada a votação. O veto total foi rejeitado por maioria votando pela rejeição: Alberto Meneguzzi, Adiló Didomenico, Alceu Thomé, Arlindo Bandeira, Denise Pessôa, Edi Carlos, Edson da Rosa, Elisandro Fiuza, Elói Frizzo, Felipe Gremelmaier, Gládis Frizzo e ainda: Gustavo Toigo, Kiko Girardi, Paula Ioris, Paulo Périco, Rafael Bueno, Renato Oliveira, Ricardo Daneluz, Rodrigo Beltrão, Tatiane Frizzo e Velocino Uez. *Em discussão única e votação a Moção nº 26/2019, de Autoria Coletiva, moção de Contrariedade pela forma lenta que está sendo conduzidas as obras de manutenção da rodovia ERS 453 (Rota do Sol) e de desbloqueio total da ERS 486.* Com a palavra um dos autores para leitura da moção.

**VEREADOR RENATO OLIVEIRA (PCdoB):**

MOÇÃO nº MC - 26/2019

Moção de Contrariedade pela forma lenta que está sendo conduzidas as obras de manutenção da rodovia ERS 453 (Rota do Sol) e de desbloqueio total da ERS 486.<sup>26</sup>

Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

Os Vereadores que o presente subscrevem, observadas as normas regimentais, apresentam essa Moção de Contrariedade pela forma lenta que está sendo conduzida as obras de manutenção das Rodovias (Rota do Sol) e pela demora no desbloqueio da Rodovia, ERS- 486, em Itati.

Há de se considerar o grande volume de transportes rodoviários de carga e de passageiros nessas rodovias, como também a precariedade da rodovia ERS 453 (Rota do Sol), com fluxo intenso de veículos no perímetro urbano de Caxias do Sul.

Ainda é notória a falta de segurança para os usuários em razão dos trechos de asfalto deteriorado, com muitos buracos e a ausência de marcação/sinalização na pista.

Segundo afirmação do Secretário de Logística e Transportes do Estado Jovir Costella em matéria do Jornal Pioneiro do dia 13 de Novembro, "o governo não tem recursos para realizar as obras necessárias no local que envolveriam além da remoção das rochas que estão sobre a pista também novo sistema de contenção da encosta. Não há previsão de quando o serviço será executado."

É preocupante a declaração do Secretário, tendo em vista que é de responsabilidade do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), órgão com jurisdição sobre as rodovias e estradas estaduais e os departamentos responsáveis pela administração e manutenção das rodovias.

A trafegabilidade nessas rodovias, com bloqueios há mais de 6 meses e com a ocorrência de novos deslizamentos, é de alto risco e a situação tende a se agravar com a chegada das férias escolares, época em que o tráfego de veículos aumenta consideravelmente.

Os Vereadores e Vereadoras que a presente subscrevem, diante do exposto, respeitosamente manifestam-se e solicitam apoio e aprovação desta justa MOÇÃO DE CONTRARIEDADE, para que haja a sensibilização do governo Estadual no tocante à situação apresentada. Na certeza da aprovação pelos nobres pares venho solicitar que este documento seja encaminhado ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) ao Governador Eduardo Leite, ao Secretário Jovir Costella, ao Deputados; Pepe Vargas; Fran Somensi; Neri O Carteiro; Tiago Simon.

Caxias do Sul, 21 de Novembro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

<sup>26</sup> Vera Rassier (registro e conferência)



Aqui, senhor presidente, se puder incluir o deputado Carlos Búrigo que não está nessa moção. Acho que foi alguma falha... Se puder encaminhamento também, se for aprovada, ao Búrigo.

RENATO OLIVEIRA Vereador - PCdoB  
ALBERTO MENEGUZZI Vereador - PSB  
ARLINDO BANDEIRA Vereador - PP  
CLAIR DE LIMA GIRARDI Vereador - PSD  
DENISE PESSÔA Vereadora - PT  
ELÓI FRIZZO Vereador - PSB  
RAFAEL BUENO Vereador - PDT  
RODRIGO BELTRÃO Vereador - PT  
VELOCINO JOÃO UEZ Vereador - PDT

(Legix)

Essa é a moção, senhor presidente.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Ok. Em discussão a moção. (Não houve manifestação.)

Encerrada a discussão.

**VEREADOR RENATO OLIVEIRA (PCdoB):** Peço a palavra, presidente.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Podeis fazer uso. Pode fazer através da declaração de voto. Em votação. Para declarar o voto o vereador...

**VEREADOR RENATO OLIVEIRA (PCdoB):** Presidente, só quero... Eu estava de pé ainda, não tinha nem terminado de respirar porque tinha lido a moção, mas fico contente com a decisão porque aqui não se pode... Se falar contra o governo municipal, que é um governo vergonhoso, desastroso. Então quando se vai falar alguma coisa penso que... Então, presidente, gostaria de... Essa moção acho que faz... nós estamos fazendo essa moção, senhor presidente, porque a Rota do Sol há seis meses está bloqueada parcialmente e nada. Quando o governo, através do deputado, hoje secretário, Jovir Costella, disse que não tem previsão de desobstruir a via, a famosa Rota do Sol. E no perímetro urbano, quem pegar o Jornal Pioneiro, pode ver o relato... Aqui no perímetro urbano, dentro da cidade, a situação que está, essa situação que está a Rota do Sol no perímetro urbano. Sem contar que agora continua, sei que o tempo está sendo curto, mas também a São Vendelino, entre São Vendelino e Farroupilha,<sup>27</sup> de 70 a 80% as empresas estão quebrando, fechando, estão fechando as empresas, estão fechando. Estão fechando em virtude da situação que está, por a rodovia estar fechada. Para nós, vergonhoso que é que vai ser fechada a rodovia, fechada a rodovia, e não vai ser feito nada. Não tem previsão. É para o ano que vem e sem previsão ainda. Então a Rota do Sol, isso que é o objetivo. Até o pessoal da minha assessoria tinha pedido para incluir a rodovia São Vendelino. Disse: "Não, não. Isso aqui não vamos incluir. Porque isso aqui vai ser lá... Essa moção vai ser lida daqui uns 10 dias". Que era a previsão. Lida daqui uns 10 dias. Agora foi lida, deu os 10 dias, e até lá vai estar desbloqueada a rua. Não, não está desbloqueada ainda. Está sem previsão ainda. Só para o ano que vem. Então assim... (Esgotado o tempo regimental.) Então, há poucos dias tinha caído... Para concluir, senhor presidente. Tinha caído uma árvore aqui, indo para São Marcos. Tombou um caminhão aqui, vinha de Farroupilha, e os aviões de Caxias estavam sendo trancados. Foram cancelados alguns voos. Então nós estamos, em verdade, ilhados. Então precisamos que os nossos deputados também... Sei que estão fazendo algum acordo. E a Rota do Sol, só para dizer que na Rota do Sol o prefeito de Itati tentou botar as máquinas na estrada. Não pôde, porque tinha que ter feito licitação. Ele tinha botado as máquinas dele, mas não pôde. Então, presidente, era essa a moção. Eu agradeço aos nobres pares. Solicito o apoio dos colegas.

<sup>27</sup> Leandro Ribas (registro e conferência)



**VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT):** Para declarar o voto, presidente.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Declarar o voto, vereador Rafael Bueno.

**VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT):** Presidente, eu assinei essa moção em conjunto com o vereador Renato Oliveira. Se manifestou por algumas vezes. Ontem a vereadora Gladis também fez uma manifestação acerca de um problema que ela vem trazendo há algum período. Já conversou com secretário estadual também, que é do partido dela, e fez uma crítica pontual, principalmente no acesso à Forqueta. Mas, vereadores e vereadoras, ontem o vereador Alberto Meneguzzi comemorou que a Serra Gaúcha foi comemorada como a rota das cervejas. Esses dias também vi, semana passada, deputados comemorando o Caminhos de Caravaggio. Eu acho louvável essa ideia de deputados que estão se dedicando para rotas e caminhos para desenvolver o turismo da nossa região e o comércio. Mas sem estradas a cerveja não chega, os peregrinos não conseguem caminhar. Então a importância desses nossos deputados não só aparecer em comemorações, mas principalmente os deputados que representam a Serra Gaúcha, eleitos com grande maioria de votos de Caxias do Sul, que possam estar lá fazendo uma cobrança na Rota do Sol. Eu vi, vereadora Gladis, deputados indo lá tirar foto, lá em Forqueta, numa cobrança da senhora. Agora não vi o mesmo deputado ir lá fazer cobrança da Rota do Sol. Então, aparecer em fotinho junto com a senhora para lá, depois que a senhora foi lá, comprou e conseguiu, quis usar o número da senhora, para isso foi bom o deputado. Agora tem que fazer o mesmo para ir lá cobrar na Rota do Sol, para ir lá cobrar em Farroupilha. Tirar fotinho depois que a obra está pronta, para dizer cobrou, é fácil. Agora quero ver ir lá cobrar. Então por isso que eu cobro e exijo desses deputados eleitos por Caxias do Sul, principalmente que fazem uma boa quantidade de votos aqui no nosso município, que cobrem a Rota do Sol. Porque, daqui 15 ou 20 dias, começam as férias escolares, as férias dos trabalhadores, e o perigo de acidentes e principalmente congestionamentos extensos na Rota do Sol vão acontecer. O último tapa buracos foi no governo Sartori, ali antes das eleições. (Esgotado o tempo regimental.) E agora? Um ano e pouco, e mais nada. Então é esse apelo que eu faço, que os deputados não fiquem só aparecendo em fotinho de jornal, na época de comemorar, quando vereadores vão a Porto Alegre e conquistam as coisas, ou em rotas e caminhos que são criados. Mas principalmente para tapar os buracos ou remover umas pedras ali nas nossas estradas. Obrigado. Vereador Bandeira. Só para concluir, presidente. O vereador Bandeira e o vereador Thomé também foram quase que escoraçados lá de Fazenda Souza. O mesmo deputado depois foi lá e tirou foto dizendo que tinha sido ele. Faça-se a mesma coisa. Obrigado.

**VEREADOR ARLINDO BANDEIRA (PP):** Declarar o voto, senhor presidente.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Vereador Bandi.

**VEREADOR ARLINDO BANDEIRA (PP):** Obrigado, senhor presidente. Apenas dizer que a gente se sente envergonhado por esses que têm o poder de fazer as coisas e não fazem. Votarei favorável a essa moção, vereador Renato Oliveira. Nós, aqui, muitas vezes não podemos<sup>28</sup> fazer muito, mas temos que nos manifestar dessa forma sim. Inclusive agora nós também temos as tratativas de ver se conseguimos, vereador Edi Carlos, fazer com uma visita nesses locais para ver esses problemas. É uma vergonha mesmo, que impede o nosso município, a cidade de crescer. A gente vê relatos de indústrias, inclusive fechando. Isso aí não dá nem para acreditar. Então nós temos que estar na frente cobrando. Exemplo essa de Itati, aquela da serra próxima a nós, de São Vendelino, que é uma vergonha. E aqui é sempre bom ressaltar. Cadê os nossos políticos que foram eleitos aqui em Caxias? Deputados estaduais, federais que

<sup>28</sup> Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



vieram aqui... Temos uma boa quantidade de votos. Aqui em Caxias nós temos voto, vereador. Nós temos voto. Quase 500 mil eleitores aqui em Caxias do Sul, habitantes, eleitores em torno de trezentos e poucos mil. Os políticos eles vêm pegar o voto depois não dão atenção que nós merecemos. Então nós temos que começar a cobrar, pensar nessa questão, tem que dar uma resposta e é isso aí. É uma vergonha lamentável de ver situações como essa de ver pessoas cobrando. Muitas vezes nós somos julgados, que nem foi falado aqui. Nós somos julgados e cobrados e muito forte, mas nós não podemos fazer muito, colegas vereadores. Nós temos que falar sim e estar à frente cobrando, dando pressão a esses que estão na frente, que tem o poder da caneta para resolver essas coisas, que é lamentável.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Solicito aos vereadores que registrem seu voto. (Pausa) Vereador Renato Nunes, como vota? Favorável. Vereador Arlindo Bandeira? Favorável, presidente. Encerrado o registro dos votos. A Moção nº 26/2019 foi aprovada por unanimidade com a ausência da vereadora Tatiane Frizzo. *Em discussão única e votação o Requerimento nº 171/2019, de autoria do vereador Alberto Meneguzzi, que solicita informações ao Executivo e à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) sobre a falta de medicamentos nas farmácias administradas pelo Município de Caxias do Sul.* Com a palavra o autor para leitura do requerimento.<sup>29</sup>

**VEREADOR ALBERTO MENEGUZZI (PSB):**

REQUERIMENTO nº REQ - 171/2019

PEDIDO DE INFORMAÇÕES AO PREFEITO (Art. 176, III)

Solicita informações ao Executivo e à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) sobre a falta de medicamentos nas farmácias administradas pelo Município de Caxias do Sul.

Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

O vereador que subscreve este documento, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno desta Casa, submete à apreciação dos nobres pares, o presente pedido de informações. A finalidade é solicitar esclarecimentos do Executivo e da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) sobre a falta de medicamentos nas quatro farmácias administradas pelo Município.

Este Gabinete recebeu várias denúncias de cidadãos sobre a falta de medicamentos nas farmácias Básica, Especializada, Territorial do Esplanada e do Componente Estratégico, órgãos de responsabilidade da Secretaria acima referida.

Fato este que prejudica os pacientes que dependem da rede pública de saúde para fazerem tratamento médico. Grande parte delas, sem recursos para comprar alguns medicamentos, com valor alto na rede farmacêutica particular. Além disso, ressalta-se que vários dos medicamentos informados como em falta nas farmácias são de uso contínuo, como a Insulina, por exemplo.

Considerando a responsabilidade do Executivo em cumprir a municipalização plena da saúde pública, solicito aos nobres pares que acolham este requerimento, contendo os seguintes questionamentos:

1. Quais os medicamentos em falta nas quatro farmácias? (listar por unidade administrativa)
2. Desde quando cada medicamento listado está em falta?
3. Qual a previsão de regularização de cada produto?
4. Qual a orientação da Secretaria de Saúde para os pacientes?
5. Quantos processos de judicialização de medicamentos o Município responde? (listar os processos)

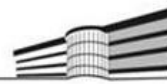
Caxias do Sul, 22 de Novembro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

ALBERTO MENEGUZZI Vereador - PSB

(Legix)

<sup>29</sup> Vera Rassier (registro e conferência)





Era esse o requerimento, senhor presidente.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Em discussão o requerimento. (Não houve manifestação.) Encerrada a discussão. Em votação. Solicito aos vereadores que registrem seu voto. (Pausa)<sup>30</sup>Vereadora Paula Ioris vota favorável. Encerrada a votação. O requerimento foi aprovado por unanimidade, com ausência da vereadora Tatiane Frizzo. *Em discussão única e votação o Requerimento nº 172/2019, de autoria do vereador Alberto Meneguzzi, que solicita informações ao 3º Comando Rodoviário da Brigada Militar sobre a fiscalização da RSC-453 (Rota do Sol) e ERS-122, durante o veraneio 2019/2020.* Com a palavra o autor para leitura do requerimento.

**VEREADOR ALBERTO MENEGUZZI (PSB):**

REQUERIMENTO nº REQ - 172/2019

INFORMAÇÕES A ENTIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS COM SEDE NO MUNICÍPIO,  
OU PARTICULARES MUNICIPAIS (Art. 176, II)

Solicita informações ao 3º Comando Rodoviário da Brigada Militar sobre a fiscalização da RSC-453 (Rota do Sol) e ERS-122, durante o veraneio 2019/2020.

Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

O vereador que subscreve este documento, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno desta Casa, apresenta aos nobres pares, os questionamentos abaixo relacionados, referentes à fiscalização no trecho da RSC-453 (Rota do Sol) e ERS-122, sob a jurisdição do 3º Comando Rodoviário da Brigada Militar, com sede em Bento Gonçalves. O motivo são as recentes informações veiculadas na imprensa local, de que os controladores de velocidade (pardais) nas rodovias estaduais somente serão reinstalados depois do veraneio.

Considerando o aumento do fluxo de veículos com a aproximação das festas de fim de ano e o início do próximo veraneio, apresento os seguintes informações:

1. Quantos controladores eletrônicos de velocidade estarão em funcionamento durante o veraneio?
2. Houve aumento e/ou redução em relação ao veraneio anterior? Se redução, quais os motivos?
3. Qual o efetivo que será disponibilizado em serviço, no referido período?
4. Houve aumento e/ou redução do efetivo em relação ao veraneio anterior?
5. Serão deslocados policiais rodoviários de outras regiões para o trecho sob a jurisdição desse Comando e/ou daqui para o Litoral Norte?

Caxias do Sul, 26 de Novembro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

ALBERTO MENEGUZZI Vereador - PSB

(Legix)

Era esse o requerimento, senhor presidente.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Em discussão o Requerimento nº 172/2019. (Não houve manifestação.) Encerrada a discussão. Em votação. Solicito aos vereadores que registrem seu voto. (Pausa) Vereador Frizzo vota favorável. Encerrado o registro dos votos. Encerrada a votação. O Requerimento nº 172/2019 foi aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. *Em primeira discussão o Projeto de Lei nº 40/2019, contido no processo nº 54/2019, de Autoria Coletiva, que reconhece as Bancas de jornais e revistas como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial no município de Caxias do Sul.* Relatoria, vereador Edson da Rosa. Com a palavra.

**VEREADOR EDSON DA ROSA (MDB):** Pois não, senhor presidente.

<sup>30</sup> Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



Referente ao PROCESSO Nº 54/2019 - PROJETO DE LEI nº 40/2019

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO

PARECER nº PAR - 512/2019  
FAVORÁVEL

FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 40/2019, contido no Processo nº 54/2019.

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria coletiva, que visa reconhecer as Bancas de jornais e revistas como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial no Município de Caxias do Sul.

Argumentam os autores, em sua exposição de motivos, que em Caxias do Sul as bancas de jornais e revistas<sup>31</sup> se consolidaram ao longo das últimas décadas como polos de informação e cultura, estando tradicionalmente inseridas no costume do cidadão caxiense.

O Patrimônio imaterial é definido pela UNESCO como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Mundialmente é reconhecida a importância da preservação do patrimônio cultural, composta por um conjunto de bens, materiais ou imateriais, que traduzem a história, a formação e a cultura de um povo, de uma comunidade ou de um país.

Fazem parte desse patrimônio os bens móveis e imóveis, tomados isoladamente; os conjuntos arquitetônicos, urbanísticos, históricos e paisagísticos; as paisagens culturais que revelem uma combinação da ação do homem com a natureza; as paisagens concebidas intencionalmente, como jardins e parques; a paisagem que apresente provas de sua evolução ao longo do tempo; a paisagem associada a fenômenos religiosos/simbólicos; o patrimônio documental ou arquivístico; o patrimônio cultural imaterial.

O patrimônio, seja material ou imaterial, é o reflexo da identidade de um povo. Representa tudo o que deve ser preservado, tombado, registrado, revitalizado, ou seja, tudo o que não deve ser esquecido, ao contrário, procura-se sempre mantê-lo em movimento, vivo e presente.

A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados, que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural."

Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos [...], contribuindo assim para promover o respeito [...].

Cultura, a partir da Constituição Federal de 1988, não representa apenas um direito ao seu gozo e liberdade de criação, mas muito mais. Passou a representar fontes, identidades, manifestações diversas, maneiras de ser e fazer, ação, valores e memórias de todos aqueles que fazem parte do processo civilizatório brasileiro, na pungência de toda a sua diversidade.

Os aspectos imateriais da cultura são decisivos para a manutenção da identidade dos povos frente as rápidas mudanças impostas pelo mundo.

Nada mais justo, pois que as bancas de jornais e revistas sejam reconhecidos como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial no Município de Caxias do Sul.

Cabe registrar, por fim, que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação emitiu parecer pela constitucionalidade da matéria.

Assim, face ao exposto, esta Comissão, por seus integrantes, manifesta-se favoravelmente a aprovação do presente Projeto de Lei.

Caxias do Sul, 21 de Novembro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

EDSON DA ROSA Presidente - CECTICDLT - MDB  
ALBERTO MENEGUZZI Vereador - PSB  
CLAIR DE LIMA GIRARDI Vereador - PSD  
PAULO FERNANDO PERICO Vereador - MDB  
RAFAEL BUENO Vereador - PDT

(Legix)

É essa a leitura, senhor presidente.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Obrigado. Em primeira discussão. (Não houve manifestação.) Encerrada a primeira discussão. *Em primeira discussão o Projeto de Lei Complementar nº 13/2019, contido no processo nº 100/2019, de autoria do vereador Alberto Meneguzzi, que acresce dispositivos ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 377, de 22 de dezembro de 2010, que consolida a legislação relativa ao Código de Posturas do Município. Contém Substitutivo SB-1/2019.* Relatora, vereadora Paula Ioris. Com a palavra.

<sup>31</sup> Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



**VEREADORA TATIANE FRIZZO (SOLIDARIEDADE):** Questão de Ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Pois não.

**VEREADORA TATIANE FRIZZO (SOLIDARIEDADE):** Senhor presidente, eu peço a inversão da pauta<sup>32</sup> para que nós possamos votar o Projeto de Lei nº 88/2019. Isso se deve ao acompanhamento das servidoras públicas que aqui estão aguardando desde o início da sessão pela votação desse projeto.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Ok. Em votação a inversão de pauta do Projeto 88. Solicito aos vereadores que registrem seu voto. (Pausa) Encerrado o registro dos votos. Encerrada a votação. A inversão de pauta foi aprovada por unanimidade dos vereadores presentes, com ausência do vereador Edson da Rosa. *Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 88/2019, contido no processo nº 116/2019, de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao inciso V do art. 28, da Lei nº 8.334, de 9 de outubro de 2018 e dá outras providências.* Relator, vereador Gustavo Toigo.

**VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT):** Senhor presidente, o parecer favorável. Foi lido em primeira discussão. Solicito a dispensa da leitura.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Ok. Dispensa concedida. Em discussão o Projeto de Lei nº 88/2019. (Não houve manifestação.) Encerrada a discussão. Em votação. Solicito aos vereadores que registrem seu voto. (Pausa) Vereador Kiko vota favorável. Vereador Edi Carlos favorável. Encerrado o registro dos votos. Encerrada a votação. O Projeto de Lei nº 88/2019 foi aprovado por unanimidade, com ausência do vereador Arlindo Bandeira. Encerrada a primeira discussão. *Em primeira discussão o Projeto de Lei Complementar nº 13/2019, contido no processo nº 100/2019, de autoria do vereador Alberto Meneguzzi, que acresce dispositivos ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 377, de 22 de dezembro de 2010, que consolida a legislação relativa ao Código de Posturas do Município. Contém Substitutivo SB-1/2019.* Relatoria, vereadora Paula Ioris.

**VEREADORA PAULA IORIS (PSDB):** Presidente.

Referente ao PROCESSO Nº 100/2019 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2019

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO, TRANSPORTE E HABITAÇÃO

PARECER nº PAR - 489/2019  
FAVORÁVEL

Parecer FAVORÁVEL ao Processo nº 100/2019, contendo Projeto de Lei Complementar nº 13/2019. CONTÉM SUBSTITUTIVO.

Recebe esta Comissão de Desenvolvimento Urbano, Transporte e Habitação, para Parecer pelo mérito o Projeto de Lei Complementar supracitado, de Autoria do nobre vereador Alberto Meneguzzi, acresce dispositivos ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 377, de 22 de dezembro de 2010, que consolida a legislação relativa ao Código de Posturas do Município.

Aduz o proponente em sua exposição de motivos relata a frequência que o Procon de Caxias do Sul e a Comissão do Idoso da Câmara de Vereadores, recebem denuncia de idosos, os quais são abordados, no passeio público, por empresas que oferecem empréstimos com baixos juros. Esta situação é agravada com a facilidade de acesso aos dados do INSS por quebra de sigilo, desta forma as empresas que oferecem empréstimos, conhecem detalhes sobre os possíveis clientes. As denúncias sobre este problema vem crescendo na nossa cidade, de acordo com o coordenador do órgão de defesa de consumidor, Sr. Luis Fernando Del Rio Horn, houve um aumento de 10% 2018 em relação a 2017.

Baixado a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação, que tem a prerrogativa de opinar quanto aos aspectos constitucionais, jurídicos, legais e regimentais da proposição, através de parecer após análise da competência em *ratione materiae*, prerrogativa que está prevista no Regimento Interno, disciplinadas nos art. 46, II, alíneas "b" e "e" art. 189. Importante deixar consignado no presente, que a Comissão, analisou o projeto nos aspectos técnicos e constitucionais, obedecendo o objetivo para o qual a mesma criada, sem analisar o mérito do projeto. Por seus integrantes, manifestou-se pela constitucionalidade da matéria e do Substitutivo, assim segue a avaliação do mérito por esta comissão.

Na avaliação do mérito ressaltamos a conduta de determinadas financeiras, que colocam seus funcionários no passeio público, recrutando novos clientes, tornando-se um incomodo aos

<sup>32</sup> Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



pedestres e destacando a importância do cuidado com as pessoas idosas, por vezes, indefesas as abordagens realizadas. O presente projeto de lei complementar, visa regulamentar este tipo de abordagem, preservando a autonomia do cidadão que pretende fazer um empréstimo financeiro e o passeio público. Meritória, sem dúvida a proposta apresentada, a qual demonstra a preocupação do Legislador com o tema.

Esta Comissão de Desenvolvimento Urbano, Transporte e Habitação, diante do exposto declinado, por seus membros signatários, opina **FAVORÁVEL** à aprovação da presente matéria legislativa proposta, com o Substitutivo.

É o Parecer.

Caxias do Sul, 6 de Novembro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

ELÓI FRIZZO Presidente - CDUTH - PSB  
DENISE PESSÓA Vereadora - PT  
EDSON DA ROSA Vereador - MDB  
GUSTAVO TOIGO Vereador - PDT  
PAULA IORIS Vereadora - PSDB

(Legix)

Era isso, presidente.<sup>33</sup>

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Ok. Em primeira discussão o Projeto de Lei Complementar nº 13/2019. (Não houve manifestação.) Encerrada a primeira discussão. *Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 55/2019, contido no processo nº 70/2019, de autoria do vereador Paulo Fernando Périco, que dispõe sobre a divulgação no site do Poder Executivo de informações sobre obras públicas paralisadas no Município de Caxias do Sul. Contém Substitutivo SB-1/2019.* Relatoria, vereador Felipe Gremelmaier.

**VEREADOR FELIPE GREMELMAIER (MDB):** Senhor presidente, o parecer é pela constitucionalidade. Foi lido em sessão anterior. Eu peço dispensa da leitura.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Dispensa concedida. Em discussão o Substitutivo 1/2019. Vereador Paulo Fernando? (Não houve manifestação.) Encerrada a discussão. Em votação o Substitutivo..

**VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB):** Para declarar o voto, senhor presidente.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Para declarar o voto, vereador Paulo Fernando Périco.

**VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB):** Senhor presidente, senhoras e senhores vereadores. Eu peço aos nobres colegas que votem a favor desse substitutivo. E mais uma vez cumprimentando a relatoria do vereador Felipe Gremelmaier. É um projeto simples, mas um projeto que demonstra o interesse que o município tem que ter com a transparência. Isto é, é um projeto que coloca uma obrigatoriedade, sim, ao Poder Público Municipal de informar, 60 dias após a paralisação de qualquer obra pública, no site da prefeitura, os motivos por que parou aquela obra, o período de interrupção, bem como os dados do órgão público ou concessionária responsável pela obra. Esse projeto deveria existir no âmbito estadual e principalmente no âmbito federal. Quando na época do governo do presidente Lula e depois da presidente Dilma, quando lançaram o PAC 1 e PAC 2, nós temos hoje no Brasil mais de 4 mil obras paralisadas e inacabadas. E a população brasileira não sabe por que parou, quanto se investiu, quais são os reais motivos. Isso não é feito no governo federal. Então esse projeto vem para o governo municipal. E que o cidadão caxiense, através dos seus impostos, ele saiba efetivamente quais foram os motivos de paralisação de determinada obra. Isso não gera custo absolutamente nenhum para o governo municipal, mas sim isso é uma transparência do governo municipal para... (Esgotado o tempo regimental.) Aos nobres colegas, que votem a favor desse projeto, porque eu acredito que ele tem uma importância muito

<sup>33</sup> Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



grande para o Município de Caxias do Sul. Obrigado, senhor presidente. Obrigado, senhoras e senhores colegas.

**PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB):** Solicito os vereadores que registrem seu voto. (Pausa) Encerrado o registro dos votos. Vereador Velocino favorável.<sup>34</sup> Encerrado o registro dos votos. Encerrada a votação. O Projeto de Lei nº 55/2019 foi aprovado por unanimidade, com as ausências: Denise Pessôa, Renato Nunes, Rodrigo Beltrão e Tatiane Frizzo. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos ao

### **PEQUENO EXPEDIENTE**

Eu passo a condução dos trabalhos à vereadora Paula Ioris.

**PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB):** Passemos ao espaço do Pequeno Expediente. Primeiro vereador inscrito, vereador Arlindo Bandeira.

**VEREADOR ARLINDO BANDEIRA (PP):** Senhora presidente, senhoras e senhores vereadores. Quero só fazer um comunicado de uma cobrança dos moradores de Criúva e assim outras UBSs que nós temos no nosso interior, vereador Thomé. Pela parte agora da manhã recebi mais um pedido de socorro, se assim podemos dizer, vereador Daneluz, sobre os médicos. Não temos médicos em certas UBSs do nosso interior. As pessoas estão passando com muita dificuldade nessa questão. Nós precisamos... O secretário Júlio Freitas precisa agir de imediato. A gente sabe que, por sua vez, também tem muita boa vontade. A gente sabe disso. Mas que infelizmente não consegue evoluir. Não sei, por uma causa ou outra. Médicos, não consegue contratar médicos. Enfim, a gente sabe que o prefeito Guerra teve um diálogo não muito aproximado com os médicos. Não teve aquele diálogo aproximado, e agora está a. Então os médicos se afastaram. A realidade é essa, vereador Renato Oliveira. Se afastaram. E agora não conseguem mais médicos para colocar nas UBSs. Então tem que rever a situação. O povo não pode sofrer com isso. Tem que começar a pensar em quem votar nas próximas eleições, senhora presidente. Nós temos que colocar pessoas sérias, honestas, pessoas que cumpram com o compromisso. Chega de nós estarmos, muitas vezes, estarmos à frente disso, vereador Adiló. Nós somos cobrados por conta disso. A gente vai lá ao distrito, nós somos cobrados. “Vereador Bandeira, falta médico lá em Vila Oliva, Santa Lúcia, Criúva.” E as pessoas estão passando com muita dificuldade. Tem que procurar, como exemplo de Criúva, tem que ir até São Marcos para ser consultado. Isso é uma vergonha, é um absurdo. Estamos passando um momento difícil, uma situação que bem parece que estão fechando os olhos. Tu não vê alguém que está na frente se manifestar sobre essa questão. Inclusive, estou cobrando, começando por Santa Lúcia, assim outras UBSs, as filas. Continuam as filas, tendo que ir lá enfrentar fila às 4 horas da manhã. É um absurdo. Lá sofrendo as intempéries do tempo, chuva, frio, sem ter qualquer proteção. Começando lá por Santa Lúcia do Piaí. Nenhuma proteção. Chuva, frio, tem que estar lá cedo, às 5 horas. Para que isso? Qual é a organização dessas nossas UBSs? E muitas vezes a gente fica de mãos atadas, nossos colegas, nós vereadores. Nós aqui discursamos, cobramos. Muitas vezes as coisas não saem do papel. E o povo que sofre com isso. Então, lamentável, podemos dizer assim. Uma vergonha ver uma situação como essa, ver essas pessoas que sofrem diariamente aí. Inclusive idosos. Idosos que têm, muitas vezes, têm que chegar lá... Por causa dessa falta de médicos, não tem. Tem que chegar lá cinco, seis vezes, 10 vezes para enfrentar uma fila. Não consegue uma senha, não consegue ser atendido. Então isso é caso de justiça. O povo tem que começar a se manifestar, senhora presidente Paula Ioris, neste momento. Tem que começar a se manifestar e procurar a justiça. Não tem outro jeito. E quem sabe a

<sup>34</sup> Jaqueline Carneiro (registro e conferência)





justiça irá dar uma pressão. Porque, olha... Mas enfim. Mas nós iremos estar à frente e passando essas informações, passando essas dificuldades desse povo que sofre tanto, do nosso interior, sobre essa questão. Iremos estar à frente sempre cobrando, até que um dia a gente seja contemplado com esses médicos. Até que um dia a população<sup>35</sup> fique tranquila tendo um médico lá para atender as pessoas e um serviço da melhor qualidade. E o negócio aqui, como diz o vereador Rafael, é cobrar e cobrar. Esperamos que, nas próximas eleições, o povo vote certo, vote para que esses médicos, vote para que o prefeito, junto com a secretaria, tenha um diálogo mais aproximado e que consigamos ter um médico de cada distrito, dois, três. Nós precisamos ampliar, inclusive, os médicos no nosso interior; nós temos que ampliar as nossas UBSs. Com construções novas, de novas UBSs. Inclusive mais médicos e com extensão de horário. Em vez de fechar, digamos, às 4 horas da tarde, que vá até as 10 da noite. Isso aí, hoje, nós precisamos avançar. Porque o nosso interior, os nossos distritos estão crescendo vertiginosamente a cada dia. Obrigado, senhora presidente. Era isso.

**PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB):** Próximo vereador inscrito, Renato Nunes.

**VEREADOR RENATO NUNES (PR):** Senhora presidente, senhoras e senhores vereadores. Ontem eu fiz uma fala aqui, mas, dentre outros assuntos, acabou passando batido. Mas eu deixo aqui o registro que eu não gostaria que passasse batido. Porque eu reitero que achei uma situação muito grave a questão do presidente da UAB, senhor excelentíssimo Valdir Walter, ao meu entender está incitando o ódio. E ao meu entender está ameaçando o nosso prefeito Daniel Guerra com as seguintes palavras. Isso ele se utilizando do cargo de presidente da UAB, que a União das Associações de Bairro. Uma associação respeitada, porque tem como bandeira principal, assim pelo menos eu penso que deveria ter os bairros de Caxias. E o presidente, no meu entendimento, tem que ser uma pessoa neutra, porque ali ele tem diversos tipos de pessoas. A UAB não é oposição ao prefeito Daniel Guerra. Nós podemos ter pessoas lá, componentes, pessoas que participam que são oposição. Mas tem pessoas que são neutras e tem aqueles também que são a favor do prefeito, a favor da atual administração. Então esse cidadão, Valdir Walter, na condição de presidente da UAB, se utilizando da página oficial da UAB, ele diz o seguinte: *Vou pedir a cabeça desse prefeito, que não representa Caxias do Sul*. Quer dizer, quando foi a questão do vereador Chico Guerra aqui, a questão daquela frase, *lista negra*, fizeram o apocalipse. Foi para Comissão de Ética, foi isso e foi aquilo. Até que foi suspenso por 60 dias. E aí, nobres pares, o que é isso? Pedir a cabeça do prefeito o que é? Isso, na gíria popular, na gíria popular aí fora, o que significa? Vou pedir a cabeça do Fulano. Olha o tipo de conversa. Olha o tipo de procedimento de um presidente da União das Associações de Bairro. Por acaso ele se acha dono das associações de bairro? Por acaso ele acha que todo mundo que está lá é partidário, é do mesmo partido, é tudo contra o prefeito Daniel Guerra? É isso? Todos os presidentes de bairro? Uma coisa que deveria ser isenta, que deveria ser neutra, nem para lá e nem para cá. Se utilizando lá do Face, da página da UAB. Não é página dele. Se fosse página dele lá, do Valdir Walter de tal, poderíamos dizer “não, ele como cidadão tem o direito de se manifestar, de criticar, de falar o que ele quiser”. Menos essas palavras: pedir a cabeça do prefeito. Que história é essa? E aí eu não ouvi ninguém, nenhum vereador se manifestar com respeito a isso. A tal da *lista negra* aquela até hoje repercute. E essa frase, de um presidente da UAB,<sup>36</sup> que diz “vou pedir a cabeça do prefeito”? Primeiro, ele vai pedir para quem? Está incitando o ódio para quem? Ele vai pedir para quem a cabeça do prefeito?

<sup>35</sup> Jaqueline Carneiro (registro e conferência)

<sup>36</sup> Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



E o que significa essa frase? E ele, na condição de presidente, e usando, eu repito, da página oficial da UAB para falar uma coisa dessas? É grave, minha gente. Está incitando o ódio. Isso aqui é uma ameaça. Eu, se eu fosse o prefeito, entrava com uma ação contra ele, no mínimo, para ele se explicar. O que ele quer dizer com isso aí? É a mesma coisa o presidente da Casa aqui dizer que vai pedir a cabeça do prefeito, ou do governador, ou do presidente. O que é isso? Já tivemos um presidente que foi esfaqueado. Agora, uma pessoa que exerce uma função, que está ali para dizer que vai lutar pelos bairros, para dar assistência ali para os presidentes de bairro, trabalhar em conjunto, dizer que vai pedir a cabeça do prefeito Daniel Guerra. E eu não vi nada, o Pioneiro colocar nada a respeito disso, hein? São dois pesos e duas medidas. Senhor Pioneiro, por favor, seja, pelo menos uma vez na vida, seja justo. Não podemos ter dois pesos e duas medidas. Era isso. Muito obrigado.

**PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB):** Próximo vereador inscrito, vereador Rafael Bueno.

**VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT):** Quero aproveitar o espaço do Pequeno Expediente, presidente, para ressaltar uma iniciativa, onde eu estive nesta terça-feira, lá no Bairro Jardim América. Eu fiz uma visita ao clube de mães da Igreja Nossa Senhora de Guadalupe, onde elas estão protagonizando, juntamente com a associação de amigos e amigas do parque e também a associação de moradores do Bairro Jardim América, presidida pelo Idair Moschen. Então esses três grupos... E aqui, enquanto estou falando, a TV Câmara está mostrando as fotos. Quando eu cheguei lá para abraçar elas, para dar oi, para tomar o café da tarde, elas estavam envolvidas neste procedimento. Uma costurava, outra embalava, outra colocava os retalhos dentro. E aí eu perguntei: “Mas o que vocês estão fazendo neste momento?”. ‘Olha, o que nós estamos fazendo é a decoração para ser instalada no nosso parque.’ Aí na sequência eu vou mostrar uma foto do parque. Aí é o parque ao lado da Polícia Civil. Que bacana essa iniciativa das três entidades: da associação de bairros, da associação de amigos e amigas desse parque e do clube de mães. A associação do bairro faz a limpeza, juntamente com os amigos e amigas do parque, e o clube de mães então está produzindo uma decoração natalina. Olha, uma atitude como essa... Obrigado, TV Câmara, por ter mostrado para nós. Uma atitude como essa nós temos que ressaltar. E que contagie os nossos bairros. Nós vivemos num município que está num clima de tristeza. Os enfeites natalinos tomaram conta por praças e parques totalmente com grama alta. A gente vê, por exemplo, aqui na São Leopoldo, o mato já está quase na cintura das pessoas. E aí há insegurança, as pessoas sendo atropeladas. Mas iniciativas como essa dos moradores do Jardim América, que não estão esperando o Poder Público, mas sim sendo protagonistas da sua própria história. E aí o vizinho que talvez mora no prédio, que nunca conheceu o andar de baixo, está lá neste momento comunitário, de confraternização, podendo trazer o bem comum em forma de lazer, de integração. Então parabéns a esse grupo. Também, no tempo que eu tenho aqui, presidente, eu gostaria de fazer uma leitura do artigo publicado na Zero Hora de ontem pelo Fabrício Carpinejar, um caxiense, onde ele diz:

PROFESSORES SÃO MENDIGOS DO ESTADO  
Fabrício Carpinejar

Como resgataremos a educação gaúcha diminuindo ainda mais os direitos e os salários dos professores?

Qual a mágica? Humilhar e constranger como exemplo de inspiração? Onde funciona tal metodologia? É o exercício criativo do anti-Piaget?

Os professores, sabidamente, já formam a tabela mínima dos servidores, escanteados como categoria secundária, pano de fundo da miséria intelectual, soldados rasos do funcionalismo público.<sup>37</sup>

<sup>37</sup> Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



Babás que cuidam de nossos filhos recebem mais do que os professores ensinando os nossos filhos.

Agora o governador pretende tirar garantias do Plano de Carreira, em vez de salvaguardar reajustes?

Não chega o endividamento que os mestres foram forçados nos últimos anos, obrigados a viver de empréstimos e adiantamentos do 13º, na situação de indigentes, com os salários parcelados e atrasados há inacreditáveis 47 meses. Trata-se da normalização do abuso.

Como despertar respeito e empatia do estudante se é subtraída do educador a própria dignidade? Como ele dará aula sem a mínima decência financeira? É uma exploração que extrapola a lógica da democracia.

Que tal cobrar contribuição previdenciária dos mortos, além dos inativos? Não seria uma milagrosa economia?

Que máquina estatal é essa que tira de quem não tem?

Impõe-se uma infelicidade maior para parecer que a tristeza anterior não era tão grave?

Piora-se a realidade para forjar saudade do que já era ruim?

Escolas estão sendo fechadas, turmas vêm sendo extintas, temporários em licença-saúde são demitidos, e ainda se discute a legitimidade da greve?

A manobra do projeto não é para pagar o piso nacional, que nunca foi feito, mas retirar os adicionais por tempo de serviço e as gratificações na aposentadoria. É aquele típico rearranjo de fachada para diminuir na prática.

Já estou concluindo.

Significa encurtar a toalha da mesa em guardanapo. Significa pedir ao defunto encolher para entrar no caixão.

Como alguém vai desejar ser professor no Rio Grande do Sul se a diferença salarial entre o profissional com Ensino Médio e o educador com Doutorado pode ficar em insignificantes 7%? A ideia é gerar novos profissionais com essa tábua rasa de salvação?

Haverá um aumento considerável de candidatos, sem dúvida, com a perspectiva de passar a carreira inteira para conquistar 7% de promoção, até o fim dos dias. Já vejo filas gigantescas se formando para o magistério.

Diante de tantas vocações cortadas, não duvido que se corte também o cartão-ponto dos grevistas.

Assim como vejo que haverá um tempo que ninguém mais entenderá a ironia. A dificuldade de interpretação de textos daí não será culpa dos professores, mas sim resultado dessa extinção em longo prazo da categoria, proposta pelo senhor governador.

(Texto fornecido pelo orador.)

Aqui se resume tudo, na fala do Fabrício Carpinejar, o que penso do que o governador Eduardo Leite está propondo para a categoria do magistério. E afirmo que muitas das coisas que estão nesse pacote dele têm razão, têm razão. Porque tem muitos aí que querem ganhar um pacote de bondades para garantir regalias. Mas, agora, contra os professores é uma ilegalidade. Obrigado pela tolerância do tempo, presidente.

**PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB):** Ok, vereador. Com três horas de sessão, encerro os trabalhos. Encerrado o espaço do Pequeno Expediente. Agradecendo a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos da presente sessão.<sup>38</sup>

(As manifestações constantes nestes Anais não foram revisadas pelos respectivos autores.)

<sup>38</sup> Jaqueline Carneiro (registro e conferência)